



FARMINVESTE - SGPS, S.A.

Sede: Travessa de Santa Catarina, nº. 8, freguesia de Santa Catarina, concelho de Lisboa
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número único de matrícula e de Pessoa
Colectiva 509 491 480
Capital Social: 100.000.000,00 Euros

DOCUMENTO INFORMATIVO RELATIVO A

ADMISSÃO TÉCNICA NO EURONEXT ACCESS DE 9.500.000 ACÇÕES DA CATEGORIA B DA FARMINVESTE - SGPS, S.A.

O presente Documento Informativo deverá ser lido em conjunto com os documentos inseridos por remissão, os quais fazem parte integrante do mesmo.

O Euronext Access é um mercado gerido pela Euronext Lisbon. As sociedades do Euronext Access não estão sujeitas às mesmas regras que as empresas no mercado regulamentado. Pelo contrário, estão sujeitas a um conjunto menos extenso de regras e regulamentos ajustados a pequenas empresas em crescimento. O risco de investir numa sociedade no Euronext Access pode, portanto, ser maior do que investir numa sociedade no mercado regulamentado.

A Farminveste - SGPS, S.A. é uma sociedade cujo capital social não se encontra aberto ao investimento público. A admissão das suas acções de categoria B no Euronext Access a que se refere este Documento Informativo não determinará uma alteração dessa qualidade, não lhe sendo aplicáveis, consequentemente, as disposições legais referentes exclusivamente a sociedades abertas, nomeadamente, os artigos 13º a 29º do Código dos Valores Mobiliários.

Promotor

CARMO &
CERQUEIRA | SROC

Carmo & Cerqueira, SROC, Lda.

1 de Outubro de 2018

ÍNDICE

1.	ADVERTÊNCIAS	8
2.	FACTORES DE RISCO	10
2.1.	Principais factores de risco	10
2.1.1.	Factores de risco relativos à actividade da Farminveste SGPS	10
2.1.2.	Factores de risco relativos às Acções	13
3.	DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.....	14
4.	INFORMAÇÃO SOBRE A ADMISSÃO TÉCNICA.....	15
4.1.	Admissão técnica à negociação.....	15
4.2.	Capital Social	15
4.3.	Preço de Referência.....	15
4.4.	Promotor.....	15
5.	DESCRIÇÃO DA EMITENTE.....	17
5.1.	Antecedentes e evolução da Emitente	17
5.2.	Principais actividades e mercados	17
5.2.1.	As actividades da Farminveste SGPS e suas participadas em Portugal	17
5.2.2.	Principais mercados.....	19
5.2.3.	Informação sobre tendências	20
5.2.3.1.	Informação sobre tendências da Farminveste SGPS	22
5.3.	Estrutura organizativa	24
5.3.1.	Organograma	24
5.3.2.	Informações sobre a detenção de participações	25
5.4.	Acções próprias	29
5.5.	Estatutos	29
5.5.1.	Enquadramento: principais normas dos Estatutos	29
5.5.2.	Estatutos da Farminveste SGPS.....	32
5.6.	Legislação que regula a actividade da Emitente	39
5.7.	Informação relativa às Acções	39
5.7.1.	Tipo e Categoria das Acções	39
5.7.2.	Modalidades e forma de representação das Acções da Categoria B	39
5.7.3.	Moeda em que as Acções da Categoria B são emitidas	39
5.7.4.	Direitos inerentes às Acções da Categoria B	39
5.7.4.1.	Direito a dividendos	39
5.7.4.2.	Direitos de voto	40
5.7.4.3.	Direito de participação no eventual excedente, em caso de liquidação	40
5.7.4.4.	Disposições em matéria de amortização de Acções.....	40
5.7.5.	Restrições.....	40
5.7.5.1.	Alteração dos direitos dos Accionistas	40
5.7.5.2.	Transmissão de acções	41
5.7.6.	Serviço financeiro	41

5.7.7.	Diluição	41
6.	ANÁLISE FINANCEIRA.....	42
6.1.	Perímetro de consolidação	42
6.2.	Comparação entre os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2017	43
6.2.1.	Contas individuais	43
6.2.2.	Demonstração de resultados consolidados	43
6.2.3.	Balanço consolidado.....	46
6.2.4.	Fluxos de caixa	48
6.3.	Comparação entre os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2016	48
6.3.1.	Contas individuais	49
6.3.2.	Contas consolidadas	49
6.3.3.	Demonstração de resultados consolidados	49
6.3.4.	Balanço consolidado.....	51
6.3.5.	Fluxos de caixa	53
7.	ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DA EMITENTE.....	55
7.1.	Informação sobre os membros dos órgãos de administração e fiscalização da Emitente	55
7.1.1.	Conselho de Administração	55
7.1.2.	Mesa da Assembleia-Geral	61
7.1.3.	Conselho Fiscal.....	62
7.1.4.	Comissão de Remunerações	65
7.1.5.	Conselho Consultivo	65
7.2.	Programas de incentivos.....	67
7.2.1.	Membros dos órgãos de administração e de fiscalização	67
7.2.2.	Pessoal.....	67
7.2.2.1.	Formas de participação dos trabalhadores no capital da Emitente	67
7.2.2.2.	Descrição de eventuais acordos com vista à participação dos empregados no capital da Emitente	67
7.3.	Transacções com terceiros	68
7.3.1.	Operações com entidades terceiras ligadas	68
7.3.2.	Conflitos de interesses de membros dos órgãos de administração e de fiscalização.....	68
8.	ESTRUTURA ACCIONISTA	70
8.1.	Principais accionistas.....	70
8.2.	Informações sobre a ANF.....	70
8.3.	Participações relativamente aos membros dos órgãos de administração e de fiscalização	71
9.	DESCRIÇÃO DE CONTRATOS E PATENTES	72
9.1.	Contratos significativos	72
9.2.	Investigação e desenvolvimento, patentes e licenças	72
10.	INFORMAÇÃO SOBRE INSTRUMENTOS FINANCEIROS A SEREM TRANSACCIONADOS	73

11.	OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES	74
11.1.	Processos de falência, liquidação ou fraude.....	74
11.2.	Acções judiciais e arbitrais.....	74
11.3.	Investimentos.....	74
11.4.	Declaração relativa à suficiência do fundo de maneio e lucros.....	74
12.	DATAS RELEVANTES.....	75
13.	CONTACTO COM A EURONEXT.....	76

DEFINIÇÕES

Salvo se o contrário resultar do respectivo contexto, os termos utilizados no presente Documento Informativo terão os seguintes significados:

Acções	As Acções da Categoria A e da Categoria B emitidas pela Farminveste
Acções da Categoria A	Acções da Categoria A, escriturais e nominativas, com o valor nominal de 5 Euros, representativas do capital social da Farminveste SGPS, com os direitos estabelecidos nos respectivos Estatutos e indicados no presente Documento Informativo
Acções da Categoria B	Acções da Categoria B, escriturais e nominativas, com o valor nominal de 5 Euros, representativas do capital social da Farminveste SGPS, com os direitos estabelecidos nos respectivos Estatutos e indicados no presente Documento Informativo, objecto da admissão à negociação
ANF	Associação Nacional das Farmácias, associação patronal constituída em 1975, com sede na Rua Marechal Saldanha, n.º 1, em Lisboa, com número de pessoa colectiva 500 885 494, tendo os seus Estatutos sido publicados no Boletim do Trabalho e Emprego, na 1.ª Série, n.º 42, de 2007, de 15 de Novembro, com alterações publicadas na 1.ª Série, n.º 29, de 2008, de 8 de Agosto, na 1.ª Série, n.º 33, de 2010, de 8 de Setembro, na 1.ª Série, n.º 26, de 2011, de 15 de Julho, na 1.ª Série, n.º 5, de 2014, de 8 de Fevereiro, na 1.ª Série, n.º 5, de 2016, de 8 de Fevereiro e na 1.ª Série, n.º 11, de 2016, de 22 de Março
CMVM	Comissão do Mercado de Valores Mobiliários
Cód.VM	Código dos Valores Mobiliários
CSC	Código das Sociedades Comerciais
CVM	Central de Valores Mobiliários

Documento Informativo	O presente documento que contém, considerando a particular natureza da transacção do Emitente e dos Valores Mobiliários a admitir à negociação no Euronext Access, a informação que permite aos investidores a sua tomada de decisão de investimento. O documento compreende uma descrição detalhada da estrutura accionista até ao Beneficiário Efectivo, tal como definido na legislação da União Europeia contra o branqueamento de capitais.
Euro ou €	Divisa dos Estados-Membros que participam na terceira fase da União Económica Monetária Europeia
Farminveste IPG	Farminveste – Investimentos, Participações e Gestão, S.A., sociedade com sede na Travessa de Santa Catarina, n.º 8, freguesia de Santa Catarina, concelho de Lisboa, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número único de matrícula e pessoa colectiva 502 334 767, com o capital social de 60.000.000 Euros
Farminveste SGPS, ou Farminveste ou Emitente	Farminveste - SGPS, S.A., sociedade com sede na Travessa de Santa Catarina, n.º 8, freguesia de Santa Catarina, concelho de Lisboa, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número único de matrícula e pessoa colectiva 509 491 480, com o capital social de 100.000.000 Euros
Glantt	A GLINTT - Global Intelligent Technologies, S.A.,
Grupo Farminveste	O conjunto de sociedades composto pela Farminveste SGPS e suas participadas, excepto se outro sentido resultar do respectivo contexto
IFRS	Sigla inglesa para International Financial Reporting Standards que significa Normas Internacionais de Relato Financeiro.
JMS	José de Mello Saúde
JMRS	José de Mello Residências e Serviços

OTC	Medicamento de venda livre, medicamentos isentos de prescrição, ou seja, medicamentos que podem ser vendidos sem receita médica.
Promotor	Uma sociedade ou qualquer outra pessoa colectiva a quem tenha sido atribuída a acreditação para actuar como promotor (Listing Sponsor) pela Euronext e cujas obrigações incluem (entre outras) assistir os Emitentes na primeira admissão à negociação (incluindo efectuar auditorias (<i>due diligences</i>) e, sempre que relevante, assegurando que os Emitentes cumprem com os requisitos legais e regulamentares e com as obrigações contratuais resultantes da primeira admissão à negociação.
SNC	Sistema de Normalização Contabilístico
UE ou CE	União Europeia

1. Advertências

O presente Documento Informativo é elaborado de acordo com o disposto no regulamento do Euronext Access no âmbito do processo de admissão à negociação das acções de categoria B da Farminveste SGPS.

O Euronext Access é um mercado gerido pela Euronext. As sociedades do Euronext Access não estão sujeitas às mesmas regras que as empresas no mercado regulamentado. Pelo contrário, estão sujeitos a um conjunto menos extenso de regras e regulamentos ajustados a empresas de pequeno crescimento. O risco de investir numa sociedade no Euronext Access pode, portanto, ser maior do que investir numa sociedade no mercado principal.

O presente Documento Informativo encontra-se disponível sob a forma electrónica no sítio de internet da Farminveste - SGPS, S.A. (doravante Farminveste) em www.farminveste-sgps.com e no sítio de internet da Euronext em www.euronext.com.

O presente Documento Informativo não constitui um prospecto, e não se encontra sujeito à aprovação da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários.

A Carmo & Cerqueira SROC, Lda. (Carmo & Cerqueira) é o Promotor (*Listing Sponsor*) responsável por auxiliar e orientar o Emitente com respeito à admissão à negociação das suas acções de categoria B no mercado Euronext Access.

A existência deste Documento Informativo não assegura que a informação nele contida se mantenha inalterada desde a data da sua disponibilização.

O presente Documento Informativo não constitui uma oferta de valores mobiliários, nem um convite à aquisição de valores mobiliários. O presente Documento Informativo não configura igualmente uma análise quanto à qualidade das acções objecto da admissão à negociação, nem uma recomendação à sua aquisição, nem deve ser tomado como base de uma decisão de investimento. Qualquer decisão de investimento deverá basear-se na informação do Documento Informativo no seu conjunto e ser tomada após avaliação independente da condição económica, situação financeira e demais elementos relativos à Farminveste. Em acréscimo, nenhuma decisão de investimento deverá ser tomada sem prévia análise, pelo potencial investidor e pelos seus eventuais consultores, do Documento Informativo no seu conjunto, ainda que a informação relevante seja prestada mediante remissão para outra parte deste Documento Informativo ou para outros documentos incorporados no mesmo.

As declarações aqui contidas, designadamente sobre a situação financeira, receitas e rentabilidade, estratégia empresarial, perspectivas, planos e objectivos de gestão para operações futuras da Farminveste constituem declarações relativas ao futuro, com excepção das que respeitam a factos históricos.

O presente Documento Informativo inclui declarações relativas ao futuro. As palavras ou expressões “antecipa”, “acredita”, “espera”, “planeia”, “pretende”, “tem intenção de”, “estima”, “projecta”, “irá”, “procura(-se)”, “antecipa(-se)”, “prevê(-se)”, “perspectiva(-se)” e expressões similares destinam-se a identificar declarações relativas ao futuro. Com excepção das declarações sobre factos pretéritos constantes do presente Documento Informativo, quaisquer declarações que constem do presente Documento Informativo, incluindo, sem limitar, em relação à situação financeira, às receitas e rentabilidade (incluindo quaisquer projecções ou previsões financeiras ou operacionais), à estratégia da actividade, às perspectivas, planos e objectivos de gestão para operações futuras constituem declarações relativas ao futuro. Estas declarações relativas ao futuro, ou quaisquer outras projecções contidas no Documento Informativo, envolvem riscos conhecidos e desconhecidos, incertezas e outros

factores que podem conduzir a que os resultados concretos, a performance efectiva ou a concretização de objectivos da Farminveste ou os resultados do sector sejam significativamente diferentes dos que constam ou estão implícitos nas declarações relativas ao futuro. Estas declarações relativas ao futuro baseiam-se numa multiplicidade de pressupostos, convicções, expectativas, estimativas e projecções da Farminveste em relação às actuais e futuras estratégias de negócio da Farminveste e do contexto em que a Farminveste espera vir a desenvolver a sua actividade no futuro.

As declarações relativas ao futuro referem-se exclusivamente à data do presente Documento Informativo e recusa-se expressamente qualquer obrigação ou responsabilidade de actualizar ou rever publicamente quaisquer declarações relativas ao futuro constantes do mesmo para reflectir qualquer alteração nas expectativas da Farminveste ou qualquer alteração nos eventos, condições ou circunstâncias em que essas declarações relativas ao futuro se baseiam. Atentas as incertezas associadas às declarações relativas ao futuro, não é possível assegurar que os resultados ou eventos projectados venham a ser alcançados e adverte-se expressamente os potenciais investidores para ponderarem cuidadosamente as declarações relativas ao futuro previamente à tomada de qualquer decisão de investimento.

2. Factores de risco

2.1. Principais factores de risco

O investimento em acções, incluindo em Acções da Farminveste, envolve riscos. Previamente a qualquer decisão de investimento, os potenciais investidores deverão ponderar cuidadosamente os factores de risco a seguir enunciados e demais informação e advertências contidas neste Documento Informativo. Qualquer dos riscos que aqui se destacam poderá ter um efeito significativamente negativo na actividade, resultados operacionais, situação financeira e perspectivas futuras da Farminveste, bem como poderá afectar de forma negativa o valor das acções representativas do capital social da Farminveste.

Os potenciais investidores deverão, ainda, ter em conta que os riscos identificados no Documento Informativo não são os únicos a que a Farminveste SGPS está sujeita, podendo haver outros riscos e incertezas, actualmente desconhecidos ou que a Farminveste SGPS actualmente não considera significativos e que, não obstante, poderão ter um efeito negativo na sua actividade, resultados operacionais, situação financeira, perspectivas futuras da Farminveste SGPS ou capacidade desta para atingir os seus objectivos.

A ordem pela qual os factores de risco são a seguir apresentados não constitui qualquer indicação relativamente à probabilidade da sua ocorrência ou à sua importância.

2.1.1. Factores de risco relativos à actividade da Farminveste SGPS

Deverão ser consideradas as informações relativas aos factores de risco específicos da Farminveste SGPS e da actividade desenvolvida pelas suas participadas, nomeadamente as que se reportam aos seguintes aspectos:

a) Impacto da evolução da economia portuguesa sobre os negócios do Grupo Farminveste;

A evolução da economia portuguesa tem um impacto considerável na actividade do Grupo Farminveste. Com efeito, uma porção substancial dos seus activos e resultados operacionais são oriundos de Portugal, pelo que os desenvolvimentos na economia portuguesa tiveram e continuarão a ter um impacto substancial sobre a qualidade dos activos da Emitente, a sua condição financeira, resultados e perspectivas.

b) Efeitos decorrentes de eventuais alterações da legislação e regulamentação, nacional e internacional, sobre os seus negócios e/ou das suas participadas;

Existem áreas de actividade do Grupo Farminveste, nomeadamente as relacionadas com a saúde (distribuição farmacêutica, inteligência de mercado e prestação de serviços de saúde) que são reguladas (Ministério da Saúde, INFARMED - Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, Entidade Reguladora da Saúde, autoridades da concorrência nacional e dos países onde o Grupo Farminveste desenvolve actividades, entre outras), o que condiciona a evolução destas áreas de actividade, no território nacional ou internacional.

c) Capacidade de acompanhamento e adaptação a eventuais alterações tecnológicas;

Todos os pilares da actividade do Grupo Farminveste com excepção do negócio imobiliário, utilizam tecnologia de vanguarda, nomeadamente sistemas informáticos, *software* desenvolvido internamente e licenciado, equipamentos, entre os quais os de diagnóstico especializado, e uma infra-estrutura física de comunicações prestada por terceiros, baseando o seu factor de diferenciação e a qualidade do seu serviço na adopção e utilização intensa dessa infra-estrutura tecnológica.

d) Existência de futuros eventuais conflitos de interesses com a ANF;

Em virtude da sua participação social maioritária e dos correspondentes direitos de voto, a ANF exerce sobre a Farminveste uma influência dominante, factor que terá especial importância, nomeadamente, ao nível das deliberações a tomar em sede de Assembleia Geral de Accionistas.

De modo a assegurar a independência entre a ANF e a Farminveste SGPS, destacam-se a total transparência nas relações mútuas e o estrito cumprimento das normas legais e regulamentares, designadamente em matéria de conflitos de interesses e de transacções com entidades relacionadas.

e) Incertezas relacionadas com a eficácia da estratégia financeira de cobertura dos riscos de taxa de juro e cambiais;

As participadas da Farminveste têm recorrido a capital alheio para financiar a sua expansão e crescimento, pelo que as flutuações nas taxas de juro poderão afectar a linha de resultados dessas empresas.

Os riscos cambiais em investimentos da Farminveste SGPS e da Farminveste IPG não são significativos.

f) O impacto do nível de endividamento do Grupo Farminveste e eventual indisponibilidade de crédito em condições aceitáveis em alguns mercados;

O nível de endividamento do Grupo Farminveste é compatível com os seus capitais próprios. Contudo, a eventual flutuação dos níveis de endividamento e das taxas de juro fixadas nos mercados financeiros podem determinar o aumento dos encargos financeiros com o serviço da dívida, com impacto significativo na capacidade de geração de resultados.

O plano de expansão do Grupo Farminveste poderá determinar o recurso a capitais alheios, quer em Portugal, quer no exterior. Logo, poderá ser necessário o recurso a novas fontes de financiamento, pelo que existe o risco da menor disponibilidade das instituições financeiras para concessão de crédito em condições semelhantes às obtidas no passado recente.

g) Com o plano de investimentos em curso pelo Grupo Farminveste não se prevê que venha a existir distribuição de dividendos da Emitente até ao exercício de 2020.

A FARMINVESTE SGPS não espera vir a pagar dividendos relativos ao ano fiscal que termina em 31 de Dezembro de 2018 uma vez que se encontra numa fase de expansão do Grupo. Esta fase prevê-se que se mantenha até 2020, pelo que até essa data não será expectável a distribuição de dividendos aos accionistas da Emitente.

O Conselho de Administração da FARMINVESTE SGPS poderá em qualquer momento propor ajustar a actual política de dividendos, caso seja necessário, de modo a reflectir, entre outros aspectos, alterações à estratégia de negócio e às necessidades de capital, dependendo eventuais dividendos futuros das condições verificadas no momento, incluindo os resultados líquidos consolidados e individuais, dos proveitos, da situação financeira, da disponibilidade de fundos legalmente distribuíveis e das perspectivas futuras, pelo que não pode ser dada qualquer garantia que num determinado ano serão propostos e/ou distribuídos dividendos.

h) As eventuais restrições ao pagamento de dividendos pelas sociedades participadas da FARMINVESTE SGPS;

Na eventualidade de surgirem restrições ao pagamento de dividendos pelas sociedades participadas pela Farminveste SGPS, esta situação poderá ter impacto directo na sua liquidez e, consequentemente, poderá afectar a sua capacidade de pagamento de dividendos.

- i) Ocorrência de custos imprevisíveis e não estimados, relacionados com as sociedades participadas da Farminveste SGPS;

A eventual ocorrência de custos imprevisíveis, relacionados com sociedades participadas da Farminveste SGPS, poderá ter um impacto directo nos seus resultados.

- j) Riscos operacionais, que poderão incluir falhas da rede informática ou dos procedimentos operacionais do Grupo Farminveste ou outras falhas tecnológicas;

As actividades do Grupo Farminveste assentam numa forte componente de tecnologia de vanguarda, pelo que, surgindo falhas neste domínio, aquele poderá ficar com as suas capacidades de gestão e produtiva temporariamente diminuídas, o que poderá afectar os seus resultados, sem prejuízo dos mecanismos que existem para mitigar tais riscos.

- k) Perda de quadros superiores, colaboradores seniores e/ou de trabalhadores-chave ao nível das participadas do Grupo Farminveste;

O Grupo Farminveste necessita, para levar a cabo o seu plano de actividades, de dispor de equipas de profissionais de elevada craveira; esse objectivo pressupõe a capacidade de atrair e manter recursos humanos extremamente qualificados e motivados que possam constituir, através do seu contributo, um factor de diferenciação face à concorrência.

- l) Potenciais perdas decorrentes de litígios arbitrais ou judiciais;

Não existem perdas potenciais de litígios arbitrais ou judiciais em curso na medida em que os processos encontram-se devidamente identificados nos Relatórios e Contas das várias empresas e estão totalmente provisionados.

- m) Impossibilidade de cobertura total de riscos por meio da contratação de seguros;

O Grupo Farminveste dispõe de contratos de seguro com coberturas multirriscos que abrangem a totalidade dos imóveis que são sua propriedade, nos termos e condições de cobertura que são habituais e prevalentes nas actividades económicas em que opera; para além destes, existem contratos de seguro para cobertura de riscos diversos, tais como acidentes de trabalho, responsabilidade civil, entre outros;

- n) A ocorrência de desastres naturais ou outros eventos de força maior;

A ocorrência de desastres naturais ou outros eventos de força maior, poderão afectar de forma adversa e inesperada as actividades do Grupo Farminveste, com o inerente impacto negativo nos seus resultados.

- o) Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro;

As sociedades que compõem o Grupo Farminveste adoptam, pela primeira vez em 2016, na apresentação das suas demonstrações financeiras, as IFRS, excepto a Glinntt, empresa que cota no mercado regulamentado e por isso tinha feito a sua adopção anteriormente. No processo de transição das normas contabilísticas anteriormente adoptadas, o SNC, para as IFRS, estas sociedades seguiram os requisitos previstos nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS). A referida transição, com data de reporte a 1 de Janeiro de 2016, apenas teve impacto significativo ao nível do método de consolidação das contas das participadas Alliance Healthcare e hmR Ireland, que passou de método proporcional para consolidação integral. No entanto, nas contas de 2015 apresentadas ao longo deste documento já apresentam o seu *restatement* para melhor comparabilidade.

2.1.2. Factores de risco relativos às Acções

Deverão ser especialmente consideradas as seguintes informações relativas às Acções:

- a) Em caso de admissão à negociação, a Farminveste SGPS não adquirirá a qualidade de sociedade aberta, não lhe sendo aplicáveis as disposições legais exclusivamente aplicáveis a sociedades abertas, nomeadamente, os artigos 13.º a 29.º do Cód.VM.

Salienta-se, em particular, a não aplicação:

(i) do regime de obrigatoriedade de comunicação de participações qualificadas, nos termos dos artigos 16.º e 20.º a 21.º do Cód. VM;

(ii) das disposições especiais aplicáveis às assembleias-gerais de sociedades abertas, em especial as relativas ao exercício de direitos pelos accionistas, nos termos do disposto nos artigos 22.º a 24.º do Cód.VM;

(iii) da obrigatoriedade de lançamento de Oferta pública de aquisição, por parte de quem adquira participação superior a um terço ou metade dos direitos de voto correspondentes ao capital social da Farminveste, nos termos dos artigos 20.º a 21.º e 187.º e seguintes do Cód.VM;

(iv) do regime de aquisição e alienação potestativas aplicáveis quando, na sequência de Oferta Pública de aquisição geral, se atinja ou ultrapasse 90% dos direitos de voto correspondentes ao capital social e 90% dos direitos de voto abrangidos pela Oferta, nos termos dos artigos 20.º a 21.º e 194.º e seguintes do Cód.VM.

- b) O pagamento de dividendos por parte da Farminveste SGPS está sujeito às regras previstas no Código das Sociedade Comerciais e demais legislação aplicável, nomeadamente as que respeitam à conservação do capital social;
- c) Os direitos dos accionistas minoritários poderão ser limitados por efeito da lei Portuguesa e dos Estatutos;
- d) A admissão à negociação inclui apenas Acções da Categoria B que gozam de direitos diferentes das Acções da Categoria A, dado que estas últimas gozam de direitos especiais, previstos no artigo 15.º (exigência de voto favorável da maioria das acções da Categoria A em deliberações relativas a alterações dos Estatutos e limitação ou supressão de direitos de preferência)] dos Estatutos da Farminveste SGPS;
- e) Existe limitação ao exercício de direitos de voto pelos titulares de Acções da Categoria B. Com efeito, embora cada Acção confira direito a um voto, as Acções da Categoria B não conferem a cada Accionista direito a mais de 125.000 votos (emitidos pelo respectivo titular ou através de representante), independentemente da detenção de número superior de acções, sendo este tecto de voto aplicável a todas as deliberações da Assembleia Geral, mesmo que sujeitas a maioria qualificada. As Acções da Categoria A não se encontram sujeitas a idêntica limitação;
- f) Risco de liquidez no mercado visto que o preço poderá ser afectado por factores macroeconómicos e não se tornar atractivo para os investidores.

3. Declaração de responsabilidade do Conselho de Administração

Declaramos que, de acordo com o nosso conhecimento, as informações fornecidas no Documento Informativo são precisas e que, de acordo com o nosso conhecimento, o Documento Informativo não está sujeito a quaisquer omissões materiais e que todas as informações relevantes estão nele incluídas.

4. Informação sobre a admissão técnica

4.1. Admissão técnica à negociação

O presente Documento Informativo destina-se a instruir o pedido da Farminveste de admissão técnica das Acções da Categoria B à negociação no Euronext Access. Enquanto admissão técnica, conforme definido no Regulamento do Euronext Access, a Farminveste não irá captar capital mediante a realização de uma oferta pública ou de uma colocação privada.

A principal razão para a decisão da candidatura à admissão à negociação das acções da Farminveste é facilitar a negociação e liquidez das Acções da Categoria B através de uma plataforma de negociação reconhecida.

4.2. Capital Social

O capital social da Emitente é actualmente de 100.000.000 Euros, totalmente subscrito e realizado e representado por 20.000.000 de acções, com o valor nominal de 5 Euros cada, sendo 10.500.000 de Acções da Categoria A e 9.500.000 de Acções da Categoria B. As acções são escriturais e nominativas, e encontram-se integradas em sistema centralizado gerido pela Interbolsa, com sede na Avenida da Boavista, 3433 - 4100-138 Porto.

Não existem à data do presente Documento Informativo, quaisquer valores mobiliários convertíveis em acções, passíveis de troca ou acompanhados de cupões de subscrição de acções (*warrants*).

Contudo, prevê-se a realização da emissão de Obrigações Convertíveis em Outubro de 2018, num montante máximo de €5 milhões, cupão pago semestralmente de 3,75% (valor indicativo) e com uma maturidade de 3 anos. Esta emissão, sendo de conversão facultativa por opção dos investidores, poderá traduzir-se num aumento de capital futuro da Farminveste SGPS, até ao limite máximo igualmente de até €5 milhões.

4.3. Preço de Referência

O preço de referência da admissão à cotação na Euronext Access será de €5,6, de acordo com as metodologias definidas no ponto 5.2.3.1 *infra*.

4.4. Promotor

De acordo com o regulamento do Euronext Access, os emitentes que se candidatem a uma admissão à negociação no Euronext Access devem nomear um Promotor

A Carmo & Cerqueira, SROC, Lda, é o Promotor (listing sponsor) responsável pela prestação de apoio à Emitente na preparação, lançamento e execução da presente admissão, nos termos definidos pelo regulamento do Euronext Access.

A Carmo & Cerqueira, SROC, Lda. é responsável, nos termos e para os efeitos do disposto no respectivo regulamento da Euronext Access, pela prestação dos serviços de assistência previstos, devendo assegurar o respeito pelos preceitos legais e regulamentares, em especial quanto à qualidade da informação. Não obstante, a Carmo & Cerqueira, SROC, Lda. não realizou uma verificação autónoma de todos os factos ou informação constantes deste Prospecto.

A Carmo & Cerqueira, SROC, Lda., NIPC 507707192, sociedade por quotas e sede na Rua 28 de Janeiro, nº 350, Candal Park, Fracção T.09, 4400-335 Vila Nova de Gaia encontra-se inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC) sob o nº 202, e registada na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) como auditora.

A Carmo & Cerqueira, SROC, Lda. insere-se num grupo que presta, para além de serviços profissionais de auditoria/certificação legal de contas, os serviços de consultoria fiscal, financeira e estratégica, entre outros serviços acessórios, a empresas publicas e privadas.

É Listing Sponsor da Euronext desde Fevereiro de 2016.

5. Descrição da emitente

5.1. Antecedentes e evolução da Emitente

A Emitente é a Farminveste SGPS, S.A., com sede na Travessa de Santa Catarina, nº 8, freguesia de Santa Catarina, concelho de Lisboa, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número único de matrícula e de pessoa colectiva 509 491 480, com o capital social integralmente subscrito e realizado de 100.000.000 Euros. O contacto telefónico da Emitente é o +351 213 400 600.

A Emitente tem por actividade a gestão de participações sociais como forma indirecta de exercício de actividades económicas, tendo sido constituída em 9 de Setembro de 2010, em Portugal, onde exerce a sua actividade e se encontra registada.

A actividade da Emitente, enquanto sociedade anónima, é regulada pela legislação aplicável às sociedades em geral, designadamente o CSC, bem como, em especial, pelo regime jurídico das sociedades gestoras de participações sociais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 495/88, de 30 de Dezembro (na sua actual redacção).

5.2. Principais actividades e mercados

5.2.1. As actividades da Farminveste SGPS e suas participadas em Portugal

A Farminveste SGPS tem como objecto social a participação no capital de outras sociedades como forma indirecta de exercício de actividades económicas.

As participadas da Farminveste SGPS têm a sua actividade assente nas seguintes áreas: (1) Desenvolvimento Negócio Farmácias; (2) Distribuição Farmacêutica; (3) Sistemas de Informação; (4) Saúde; (5) Inteligência Mercado Farmacêutico e (6) no sector imobiliário e outros serviços.

Durante o ano de 2017 foram criadas as empresas Cuidafarma e Farminsurance, ambas detidas em 50%, pela Farminveste IPG, mas que não desenvolveram actividade em 2017. Paralelamente, a participação no capital da Glintt aumentou para os 76,4% e no da Alliance Healthcare para os 51%.

Apresenta-se de seguida uma breve descrição das actividades desenvolvidas:

1. Desenvolvimento Negócio das Farmácias

Esta área de negócio tem o objectivo de desenvolver serviços e produtos directamente ou através do estabelecimento de parcerias estratégicas em diferentes áreas, de forma a, simultaneamente, desenvolver o negócio da farmácia com uma rentabilidade mais elevada e com produtos e serviços a um preço mais atractivo para o consumidor. As principais actividades desenvolvidas são:

O Programa Saúde tem como objectivo principal a criação de uma marca única para as farmácias bem como a fidelização dos clientes das farmácias através da emissão de um cartão de fidelização, que conta com mais de 2 milhões de aderentes. Tem por base a atribuição de pontos na aquisição nas farmácias de determinados serviços farmacêuticos e produtos de saúde e bem-estar, que poderão ser posteriormente trocados por produtos catalogados ou vales de desconto durante um prazo de validade e mediante regras específicas. Este programa foi relançado em Maio 2015 de modo a trazer uma nova dinâmica ao mesmo.

A Globalvet é uma parceria entre a Farminveste IPG (75%) e a Bioconsulting (25%) dedicada à prestação de serviços de consultoria e venda de produtos veterinários às farmácias, clínicas veterinárias e outras entidades relacionadas com a produção, saúde e bem-estar animal.

A Farbiowell foi criada em 2016 e é uma parceria entre a Farminveste IPG (51%) e a Biowell Europe (49%) que comercializa suplementos alimentares e desportivos de marcas já existentes no mercado e da marca exclusiva criada no âmbito do projecto de marcas próprias da Farminveste “Viv Sport”.

A Cuidafarma foi criada em 2017 e é uma parceria entre a Farminveste IPG (50%) e a Bluepharma (50%) para o desenvolvimento e comercialização de OTC de marca exclusiva nas Farmácias.

A Farmininsurance foi criada em 2017 e é uma parceria entre a Farminveste IPG (50%) e a Ageas Portugal Holdings, SGPS, S.A. (50%) e tem como objectivos: (1) o desenvolvimento e gestão de serviços acessórios da prestação de cuidados de saúde, (2) a promoção de estilos de vida saudáveis e (3) o aumento das práticas de prevenção e o apoio à gestão de carteiras de seguros e a mediação de seguros.

2. Distribuição Farmacêutica

A Alliance Healthcare (www.alliance-healthcare.pt) tem como objecto social as actividades de: (1) distribuição e comércio de drogaria, perfumaria, produtos químicos e farmacêuticos e prestação de serviços; (2) transporte e distribuição de mercadorias, nomeadamente, especialidades farmacêuticas, por conta de outrem e (3) formação profissional no âmbito da sua actividade comercial para destinatários internos e externos. A Farminveste IPG detém uma participação de 51% no capital social da empresa sendo os restantes 49% detidos pela Alliance Boots Holdings Limited. A empresa tem sido, consistentemente nos últimos anos, líder no mercado da distribuição farmacêutica.

3. Sistemas de Informação

O Farmalink/Farmafibra é uma infra-estrutura tecnológica composta por uma rede informática de alto débito e que permite às farmácias comunicar com os parceiros de negócio e outras utilizações (multibanco, encomendas, manutenção remota, actualização de dicionários, Programa Farmácias Portuguesas, Farmácia TV e internet).

O Sifarma é o software de gestão da Farmácia de Oficina propriedade da Farminveste que, para além da gestão corrente da farmácia (clientes, fornecedores, stocks, indicadores de Gestão, etc.), integra informação técnica e científica de suporte à intervenção farmacêutica e permite a recolha de dados transaccionais e anonimizados que são posteriormente utilizados para tratamento estatístico e comercialização à hmR.

A Glintt - Global Intelligent Technologies, SA (www.glintt.com) é uma empresa cotada no mercado regulamentado Euronext Lisbon, que actua fundamentalmente no mercado das tecnologias da informação na área da saúde. Tem actualmente presença em três continentes, com o mercado Espanhol a assumir uma particular importância no seu portfolio de negócios. A Farminveste detém uma participação de 76,4% no seu capital social através da Farminveste 3.

4. Inteligência sobre o Mercado Farmacêutico

A hmR Health Market Research International, S.A. (hmR International) foi constituída em Novembro de 2016 com o objectivo de autonomizar a actividade de Market Intelligence do Grupo e é detida a 100% pela Farminveste. Na sua constituição, a hmR International integrou as sociedades hmR Portugal, hmR España e hmR Ireland, que desenvolvem a sua actividade em Portugal, Espanha e Irlanda, respectivamente, e o centro de produção de dados (Col).

A hmR Portugal é uma sociedade que se dedica à consultoria e elaboração de estudos de mercado, quantitativos e qualitativos, na área da saúde, nomeadamente estudos relacionados com o comércio de

especialidades farmacêuticas, para-farmacêuticas, dermocosméticas e veterinárias, bem como à prestação de serviços e acções de formação no âmbito desses estudos. A hmR dedica-se ainda ao desenvolvimento e comercialização de programas informáticos com as inerentes actividades de formação e assistência técnica dos seus clientes.

Em 2013 foi constituída a hmR España, para desenvolver o mesmo tipo de actividade da hmR Portugal, beneficiando da infra-estrutura existente e da experiência adquirida no mercado nacional.

Prosseguindo a implementação da estratégia de internacionalização definida, foi constituída, em Outubro de 2014, a hmR Ireland, em parceria com a IPU (50%), congénere Irlandesa da ANF e já em 2017, foi constituída a hmR Germany expandindo assim o negócio da inteligência de mercado à Alemanha.

5. Prestação de Serviços de Saúde

A José de Mello Saúde, SA (www.josedemellosaude.pt) tem como missão a prestação de cuidados de saúde de qualidade distintiva, suportada por uma rede integrada de unidades de elevada performance, tanto no sector privado (rede CUF), como no sector público (hospitais integrados no SNS geridos em regime de parceria público-privada - PPP).

A José de Mello Saúde possui e administra um portfolio diversificado de unidades, tendo actualmente mais de 9.000 colaboradores. Com origem em 1945, a CUF é actualmente constituída por uma rede de oito hospitais (CUF Infante Santo, CUF Descobertas, CUF Porto, CUF Santarém, CUF Torres Vedras, CUF Cascais, CUF Coimbra e CUF Viseu), nove Clínicas de Ambulatório (CUF Belém, CUF Alvalade, CUF Miraflores, CUF Almada, CUF São Domingos de Rana, CUF Sintra, CUF Mafra, CUF São João da Madeira e Coimbra), uma Unidade de Diagnóstico e Tratamento (Instituto CUF) e duas parcerias público-privadas (Braga e Vila Franca de Xira).

A José de Mello Residências e Serviços, SGPS (www.jmellors.pt) desenvolve soluções residenciais para a terceira idade. A empresa explora actualmente duas unidades de residências assistidas, localizadas em Lisboa e na Parede.

A Farminveste detém uma participação de 30% no capital de cada uma das empresas.

6. Sector Imobiliário e outros serviços

O Imofarma é um fundo fechado, proprietário da generalidade dos imóveis utilizados no desenvolvimento das várias actividades da ANF, Farminveste, Alliance Healthcare, Glintt e hmR e tem actualmente um capital de aproximadamente €65 milhões, representado por 56.139 Unidades de Participação (UP) e um património de aproximadamente €89 milhões.

A Farminveste 4 Serviços dedica-se à promoção e gestão de projectos imobiliários desenvolvidos para acolher as necessidades imobiliárias das empresas do universo ANF e externas ao Grupo. Adicionalmente presta serviços nas áreas financeira, de sistemas de informação, de gestão administrativa de recursos humanos, de negociação e de gestão do património às empresas do universo ANF.

A Farminveste detém a totalidade do capital da Farminveste 4 – Serviços, S.A e cerca de 88% das Unidades de Participação (UP) do Imofarma, sendo o restante propriedade da ANF.

5.2.2. Principais mercados

Na sequência da caracterização das actividades das participadas da Farminveste SGPS, os principais mercados de actuação são:

Distribuição Farmacêutica – (i) o mercado da distribuição por grosso (incluindo compra e armazenamento) de medicamentos sujeitos a receita médica (“MSRM”) e medicamentos não sujeitos a receita médica (“MNSRM”) comparticipados; (ii) o mercado da distribuição por grosso (incluindo compra e armazenamento) de MNSRM Não Comparticipados; (iii) o mercado da distribuição por grosso (incluindo compra e armazenamento) de outros produtos de saúde;

Prestação de Cuidados de Saúde – Mercado da prestação de serviços de saúde, nomeadamente internamentos, consultas, urgências, cirurgias e partos, bem como as soluções residenciais e domiciliárias para a terceira idade, em particular as residências assistidas e a actividade de prestação de serviços domiciliários;

Tecnologias de Informação - Na definição do mercado utilizamos o mercado de acordo com a definição da IDC para Portugal. A IDC é a empresa líder mundial na área de Inteligência de Mercado para os mercados das Tecnologias de Informação, Telecomunicações e Electrónica de Consumo. A IDC é uma subsidiária da IDG – International Data Group, líder mundial na área dos *media* tecnológicos, estudos de mercado e de eventos. O mercado é caracterizado por:

Serviços, que englobam formação, planeamento, implementação, suporte e gestão de operações; *Software* (*software* de infra-estrutura, produtividade pessoal e aplicações de negócio); Sistemas Servidores; Sistemas Cliente (computadores pessoais e *smart handhelds*, que incluem telemóveis, *smartphones*, agendas digitais, entre outros); Armazenamento (sistemas de disco ou fita); Periféricos (impressoras, scanners, discos externos, ratos, teclados, monitores externos, entre outros) e equipamentos de telecomunicações (centrais telefónicas ou equipamento de rede (ex.: *routers*, *modems*, entre outros);

Excluem-se desta definição de mercado, os serviços de telecomunicações, nomeadamente, voz e dados sobre rede fixa e móvel;

Inteligência de Mercado – o mercado relevante para esta actividade é genericamente designado como *Market Monitoring*, incluindo as empresas que prestam serviços contínuos de informação sobre o mercado, utilizando metodologias de estudo específicas, baseadas em painéis fixos de consumidores (cadeias de distribuição, retalhistas, consumidores, entre outros) que permitem o acompanhamento dos vários indicadores da dinâmica do mercado (como por exemplo vendas, quotas de mercado, preferências dos consumidores). Estas empresas tendem a actuar em mercados verticais (saúde, tecnologias, entre outros);

Produtos Farmacêuticos e de Saúde – os mercados relevantes para esta actividade são o farmacêutico, nas suas componentes de produção e comercialização, de suplementos alimentares e de produtos veterinários;

Imobiliário – mercado da promoção imobiliária, compra, venda arrendamento e gestão de imóveis.

5.2.3. Informação sobre tendências

Nos últimos 7 anos (2010-2017) o mercado de medicamentos reduziu em valor mais de 800 milhões euros (-23,9%) e em volume 15 milhões de embalagens (-5,5%), acompanhado por um decréscimo de 423,3 milhões de euros (-25,8%) na despesa do SNS em ambulatório (fonte: Cefar). As estimativas para os próximos anos (2018-2020) sugerem que o mercado de medicamentos vai continuar estagnado em valor e volume, com controlo da despesa do SNS, reflectindo a tendência dos anos mais recentes.

Apesar da redução do mercado, o Grupo Farminveste efectuou diversos investimentos em áreas-chave de desenvolvimento de novas soluções tecnológicas, produtos e inovação que o posicionam de forma clara para garantir um crescimento nos próximos anos.

O Sifarma é um sistema relevante para o grupo Farminveste, nomeadamente no serviço prestado às Farmácias, e que tem tido um reforço no seu investimento nos últimos anos.

O ano de 2015 foi marcado por um lado pelo desinvestimento na Glintt das áreas não core e por outro pelo aumento da participação do grupo Farminveste ao nível da percentagem de participação neste braço tecnológico.

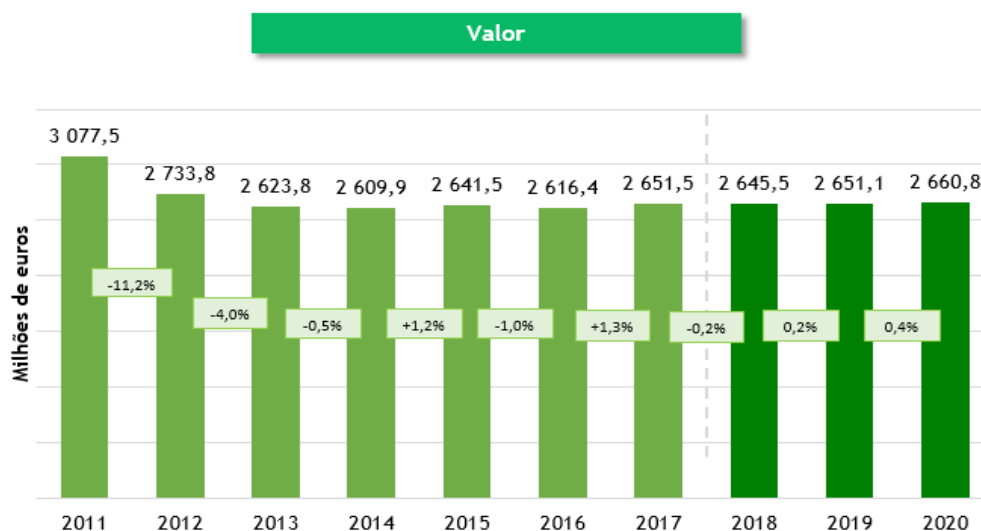
Já em 2016 foi dado um passo importante na internacionalização e na individualização do negócio da inteligência de informação ao ser criada a hmR International que funciona como holding deste segmento, em crescimento.

O ano de 2017 ficou marcado por um forte conjunto de investimentos, nomeadamente:

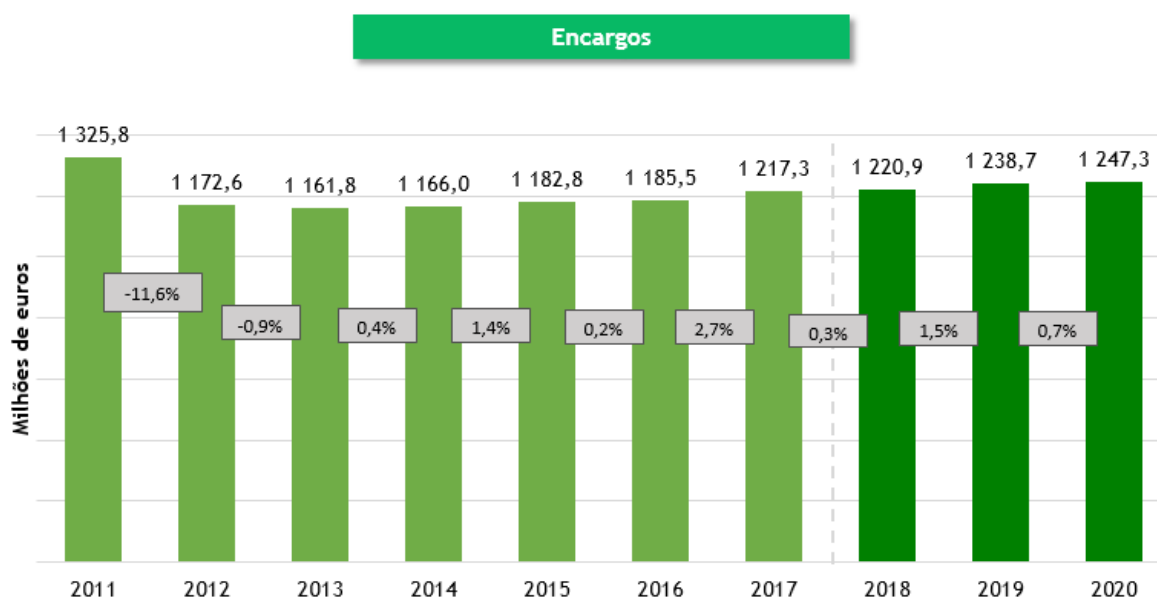
- Criação da hmR Alemanha, no âmbito do processo de internacionalização do grupo na componente da inteligência de mercado;
- Início da comercialização dos produtos da Farbiowell, parceria no sector dos suplementos alimentares e desportivos, oferecendo uma marca exclusiva deste tipo de produtos às Farmácias;
- Criação da Cuidafarma, empresa em parceria com a Bluepharma que irá actuar no sector dos OTCs, oferecendo produtos exclusivos desta área às Farmácias;
- Início de negociação de novas parcerias, nomeadamente no sector dos cosméticos e saúde oral;
- Expansão do negócio da Glintt em Espanha;
- Alienação de edifícios não estratégicos do Imofarma: Restelo e Quinta Vale Pereiras, de modo a tornar mais rentável a carteira do Fundo;

Sobre o mercado de medicamentos, salienta-se o seguinte:

- O mercado de medicamentos reduziu mais de 800M€ (ambulatório) desde 2010 e prevê-se que continue estagnado (fonte: Cefar);



- Por outro lado, os encargos do SNS com medicamentos no ambulatório continuam estagnados (fonte: Cefar)



Desde 2010, as principais medidas políticas que afectaram o preço do medicamento e, consequentemente, o valor do mercado foram as seguintes:

- Outubro 2010: Dedução de 6% no preço de venda ao Público (PVP)
- Janeiro 2011: Alteração do preço recomendado para a média dos 5 PVP mais baixos do Grupo Homogéneo (GH)
- Janeiro 2012: Redução das Margens Máximas da Distribuição (Farmácias e Grossistas)
- Abril-Maio 2012: Revisão anual de Preços dos medicamentos de Marca e Genéricos, respectivamente
- Abril 2013: Revisão anual de Preços dos medicamentos de Marca e da revogação da dedução 6%
- Janeiro 2014: Revisão anual de Preços dos medicamentos de Marca
- Abril 2014: Alteração das Margens Máximas da Distribuição (Farmácias e Grossistas)
- Janeiro 2015, 2016 e 2017: Revisão anual de Preços dos medicamentos de Marca

5.2.3.1. Informação sobre tendências da Farminveste SGPS

As perspectivas financeiras da Farminveste têm por base, quer os pressupostos sobre a evolução do mercado da área da saúde em Portugal, quer da actividade e estrutura operacional da empresa. Elencam-se abaixo alguns dos principais pressupostos e tendências que suportam estas perspectivas financeiras.

Pressupostos macroeconómicos e regulatórios

- Conservação do clima de crescimento económico em Portugal e na Europa;
- Taxa de inflação estimada de 1,8%;
- Manutenção do regime regulatório nos sectores farmacêutico e da saúde.

Pressupostos sobre a evolução do mercado da saúde:

- Crescimento no mercado farmacêutico entre 1,5% e 2%;

- Estabilização do número de farmácias no mercado ibérico.

Pressupostos de evolução da actividade e estrutura operacional da empresa:

- Distribuição farmacêutica:
 - Estabilização da quota de mercado, com melhorias ao nível da eficiência operacional.
- Prestação de cuidados de saúde:
 - Aumento da capacidade instalada na prestação de serviços ao nível das unidades hospitalares, tendo por base os projectos actualmente em construção;
 - Contínua melhoria da eficiência operacional das unidades de prestação de cuidados de saúde.
- Tecnologias de informação:
 - Aumento do *portfolio* de serviços oferecidos ao sector da saúde;
 - Melhoria dos resultados operacionais por força do foco em segmentos de maior valor acrescentado.
- Inteligência de mercado:
 - Continuação do processo de internacionalização do grupo.
- Outros/gerais:
 - Manutenção da actual estrutura de administração da Sociedade;
 - Crescimento futuro consistente com o crescimento histórico realizado;
 - Foco na rentabilidade da operação com objectivo de iniciar a distribuição de dividendos a partir de 2021;
 - Manutenção do património imobiliário.

Com base nestes pressupostos, foram projectados os seguintes resultados para os próximos 3 anos:

Consolidado Farminveste	2018	2019	2020
Receitas	720 - 760	750 - 790	770 - 810
EBITDA	18 - 22	23 - 27	28 - 32

(valores em milhões de euros)

Metodologias de avaliação do capital próprio:

Foram utilizadas duas metodologias de avaliação do capital próprio:

- Múltiplos: avaliação calculada com base em múltiplos – *Enterprise Value / EBITDA* - de empresas a operar no mesmo sector (*Tecnologias da informação, gestão de residências seniores, gestão de unidades hospitalares e distribuição farmacêutica*), tanto ao nível de transacções passadas como de empresas cotadas.
- *Discounted Cash Flow* (DCF): avaliação calculada com base no *free cash flow to firm* projectado utilizando as projecções financeiras do Conselho de Administração para um período de 9 anos e aplicando um valor terminal para os anos subsequentes.

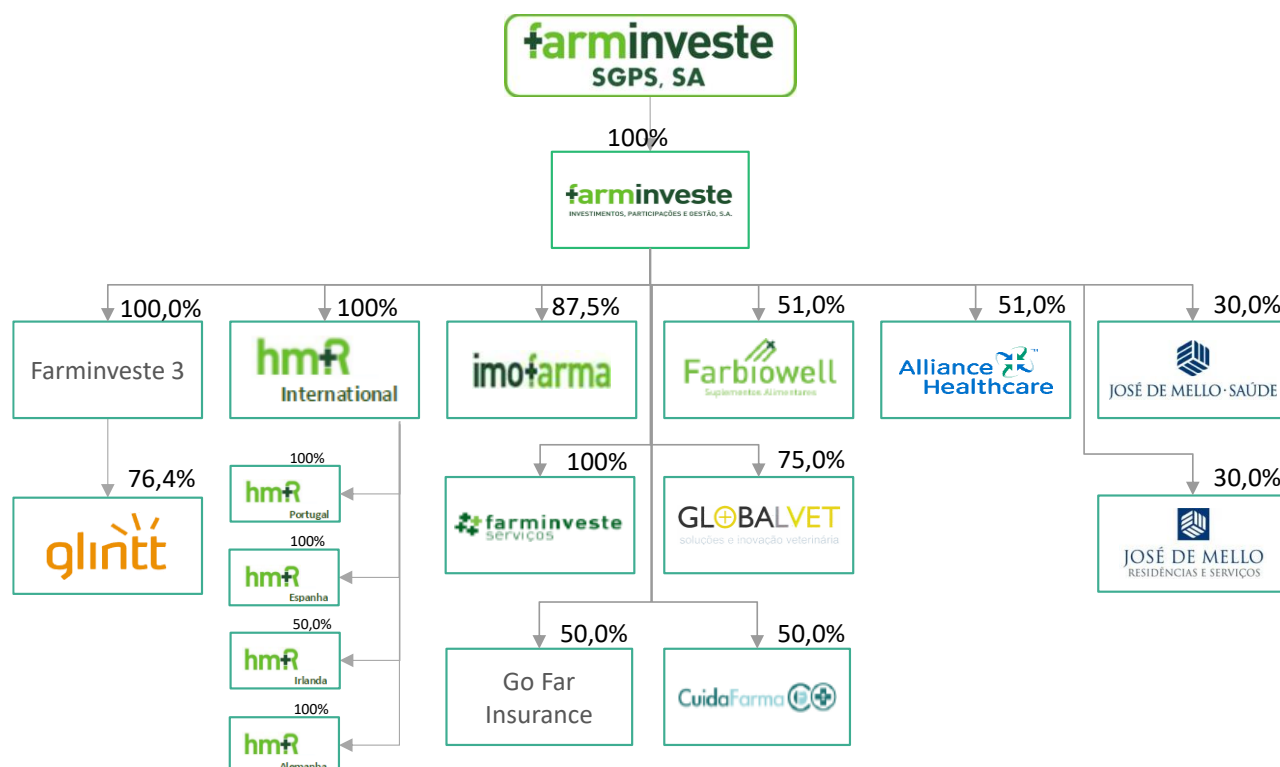
Com base nas metodologias descritas, foi estimado um valor de avaliação do capital próprio da Farminveste entre 145 milhões de euros e 185 milhões de euros.

O preço da cotação de admissão inicial incorpora um desconto sobre o valor da acção entre os 23% e os 40%, e que permite partilha de valor com os actuais accionistas e promover o desempenho positivo da acção.

5.3. Estrutura organizativa

5.3.1. Organograma

Apresenta-se de seguida o organograma actual da Farminveste SGPS.



As percentagens indicadas no organograma anterior referem-se à percentagem detida no capital social e respectivos direitos de voto de cada uma das sociedades, com excepção da Farminveste 3, em que a percentagem detida no capital social e respectivos direitos de voto é de 99,999%.

Em 31 de Dezembro de 2017, as empresas do Grupo Farminveste incluídas pelo método integral na consolidação, suas sedes sociais, e percentagem de participação no capital, eram as seguintes:

Nome	Sede	% Capital
Farminveste - Investimentos, Participações e Gestão, S.A.	Lisboa	100,00%
Farminveste 4 - Serviços, S.A.	Sintra	100,00%
Imofarma - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado	Porto Salvo	87,53%
Globalvet - Soluções e Inovação Veterinária, Lda.	Lisboa	75,00%
Farminveste 3 - Gestão de Participações, SGPS, Lda.	Lisboa	99,99%
Alliance Healthcare, S.A.	Porto	51,00%
HMR - Health Market Research International, S.A.	Lisboa	100,00%
Farbiowell - Suplementos Alimentares, S.A.	Lisboa	51,00%

5.3.2. Informações sobre a detenção de participações

A Farminveste SGPS detém actualmente, directa ou indirectamente, as seguintes participações sociais, as quais são susceptíveis de ter um efeito significativo (impacto superior a 10%) na avaliação do seu activo, situação financeira ou lucros e prejuízos.

O quadro em seguida apresentado reflecte as participações societárias da Farminveste IPG, que é detida a 100% pela Farminveste SGPS:

Designação	% Capital Social	% Direitos de voto
<p>Farminveste 4 - Serviços, S.A.</p> <p>Sede: Beloura Office Park, Ed. 10, Qta da Beloura, Sintra</p> <p>Actividade principal: Prestação de serviços de gestão e suporte, nomeadamente nas áreas imobiliária, financeira, contabilística, de sistemas de informação e de recursos humanos</p>	100,00%	100,00%
<p>Imofarma - Fundo Especial de investimento Imobiliário Fechado</p> <p>Sede entidade Gestora: Av. Professor Doutor Cavaco Silva, Parque das Tecnologias, Edifício 3, Porto Salvo</p> <p>Actividade principal: Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado de Subscrição Particular</p>	87,53%	87,53%
<p>Globalvet - Soluções e Inovação Veterinária, Lda.</p> <p>Sede: Travessa de Sta. Catarina, 8, Lisboa</p> <p>Actividade principal: Prestação de serviços de consultoria nas áreas do desenvolvimento de soluções organizacionais, formação, informação, logística, distribuição farmacêutica, comercialização, importação e exportação de medicamentos e outros produtos veterinários, equipamentos e outros produtos ou serviços para produtores, armazenistas, farmácias, clínicas e outras entidades relacionadas, directa ou indirectamente, com a produção, saúde e bem estar animal</p>	75,00%	75,00%
<p>Farminveste 3 - Gestão de Participações, SGPS, Lda</p> <p>Sede: Travessa de Sta. Catarina, 8, Lisboa</p> <p>Actividade principal: gestão de participações sociais noutras sociedades, como forma indirecta do exercício de actividades económicas</p>	99,99%	99,99%
<p>Esta sociedade detém uma participação na sociedade</p> <p>Glintt - Global Intelligence Technologies, S.A.</p> <p>Sede: Beloura Office Park, Ed. 10, Qta da Beloura, Sintra</p>	76,40%	76,40%
<p>Alliance Healthcare, S.A.</p> <p>Sede: Rua Engº Ferreira Dias, 728, 3º piso sul, Porto</p> <p>Actividade principal: distribuição e comércio, importação e exportação, de drogaria, perfumaria, produtos químicos e farmacêuticos e prestação de serviços. A título acessório, a sociedade exercerá igualmente as seguintes actividades: A) transporte e distribuição de mercadorias, nomeadamente especialidades farmacêuticas, por conta de outrem? b) formação profissional no âmbito da sua actividade comercial para destinatários internos e externos? c) tratamento e eliminação de resíduos não perigosos decorrentes do exercício da sua actividade comercial? d) telemarketing, merchandising, e promoção de vendas, venda de espaço publicitário, comercialização de dados relativos à sua actividade económica? e) organização de eventos relacionados com a actividade, apoio a ensaios clínicos? e f) representação de marcas e laboratórios.</p>	51,00%	51,00%

Designação	% Capital Social	% Direitos de voto
HMR - Health Market Research International, S.A. Sede: Travessa de Sta. Catarina, 8, Lisboa Actividade principal: Consultoria e elaboração de estudos de mercado, designadamente na área da saúde, e a prestação de serviços relacionados, dentro e fora do território nacional, desenvolvimento e comercialização de programas informáticos e a prestação de serviços associados aos mesmos Esta sociedade detém participação nas seguintes sociedades	100,00%	100,00%
HMR - Health Market Research Portugal, Unipessoal Lda. Sede: Travessa de Sta. Catarina, 8, Lisboa	100,00%	100,00%
HMR - España, S.L. Sede: Calle Nuria, 57, Madrid	100,00%	100,00%
Health Market Research Ireland Limited Sede: 24 the Courtyard Kilcarbery Business Park New Nangor Road Dublin 22	50,00%	50,00%
HMR Health Market Research Germany GmbH Sede: Westhafen Tower, Westhafenplatz 1, Frankfurt am Main	100,00%	100,00%
José de Mello Saúde, S.A. Sede: Avenida do Forte, n.º 3, Edifício Suécia III, Piso 2, Carnaxide Actividade principal: Compra, venda e aluguer de equipamentos bem como a prestação de serviços de gestão, consultoria, informáticos, operacionais, administrativos, de negociação e aprovisionamento, e a prestação de serviços na área da saúde.	30,00%	30,00%
José de Mello Residências e Serviços, SGPS, S.A. Sede: Travessa da Praia, nº 1, Lisboa Actividade principal: Gestão de participações noutras sociedades como forma indirecta de exercício de actividades económicas nas formas previstas na lei	30,00%	30,00%
Farbiowell - Suplementos Alimentares, Lda. Sede: Travessa de Sta. Catarina, 8, Lisboa Actividade principal: (i) - A investigação, desenvolvimento, importação e comercialização em matérias de suplementos alimentares e de suplementos alimentares desportivos; (ii) Fabricação de alimentos homogeneizados e dietéticos, nomeadamente de suplementos alimentares desportivos; (iii) - A comercialização, por grosso ou a retalho em estabelecimentos especializados, importação e exportação dos referidos produtos sob marca a definir; (iv) - Representação de marcas existentes de suplementos alimentares e suplementos alimentares desportivos; (v) O desenvolvimento de atividades conexas.	51,00%	51,00%
Cuidafarma, Lda. Sede: Rua da Bayer, Edifício Bluepharma, Coimbra Actividade principal: (i) A identificação e aquisição de dossiers contendo informações relativas a substâncias químicas, preparados no âmbito do desenvolvimento/produção de manipulados, medicamentos não sujeitos a receita médica (MNSRM) e de produtos veterinários, em particular com o objectivo de obter a posterior autorização de introdução no mercado (AIM) em Portugal e noutros países; (ii) A apresentação de pedidos de AIM e gestão dos correspondentes processos; (iii) A comercialização, importação e exportação dos referidos produtos sob marca a definir; (iv) O desenvolvimento de atividades conexas	50,00%	50,00%
Go Far Insurance - Soluções e Serviços para Protecção da Saúde, S.A. Sede: Av. Dr. Mário Soares, Edifício 10, Tagus Park, Porto Salvo Actividade principal: desenvolvimento de soluções e serviços inovadores que contribuam para: i) o desenvolvimento e gestão de serviços acessórios da prestação de cuidados de saúde, ii) a promoção de estilos de vida saudáveis e o aumento das práticas de prevenção e iii) o apoio à gestão de carteiras de seguros e a mediação de seguros.	50,00%	50,00%

Em seguida é apresentado um resumo a 31/12/2017 das empresas participadas relevantes para o futuro da Farminveste SGPS:

IMOFARMA

O Imofarma – Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado foi constituído em 16 de Maio de 2006, com um valor base de €56.139.000, representado por 56.139 Unidades de Participação (UP), 24.639 do “tipo A” e 31.500 do “tipo B”, detidas na totalidade, directa ou indirectamente, pela ANF. Em 3 de Novembro de 2015, foi deliberado em assembleia de participantes a prorrogação do fundo por um novo período de 10 anos.

Este fundo fechado é proprietário da generalidade dos imóveis utilizados no desenvolvimento das várias actividades da ANF, Farminveste, Alliance Healthcare, Glintt e hmR.

A Farminveste IPG detém uma participação de 87,53% no Imofarma. A ANF detém directamente as restantes UPs.

A 30 de Junho de 2018, o valor líquido global do fundo atingiu os € 70.739.614,30.

Farminveste 3

A Farminveste 3 foi constituída em 15/04/2008, com um capital social de € 10.635.614,59, no qual a Farminveste SGPS detém uma quota representativa de 99,999% e a Associação Nacional das Farmácias uma quota representativa de 0,001%.

A constituição da Farminveste 3 ocorreu no contexto do processo de fusão da sociedade com a PARAREDE, dando origem à sociedade GLINTT que será desenvolvida em capítulo próprio, com o objectivo de se dedicar exclusivamente à gestão de participações financeiras.

Embora a Farminveste conjugue actualmente o exercício de actividades de cariz operacional com a gestão de participações sociais, aglomerando actualmente as participações sociais do universo da ANF, a detenção de uma participação numa sociedade cotada apresenta especificidades que, numa óptica de gestão, aconselharam a sua autonomização.

GLINTT

A Glintt, sociedade resultante da fusão entre a Consiste e a Pararede ocorrida em 2008, é detida pela Farminveste 3 em 76,4%, desde a OPA ocorrida em 2015.

A Glintt, a operar sobretudo no mercado de tecnologias de informação, é constituída por um conjunto de consultores, técnicos e gestores com experiência no desenvolvimento de soluções empresariais, com uma especial ênfase para área de saúde, actuando nas áreas de Consultoria e Integração, *Managed Services* e *Outsourcing*.

ALLIANCE HEALTHCARE

A Farminveste IPG adquiriu em 2005 uma participação de 49% no capital da sociedade Alliance Healthcare. O valor final do investimento ascendeu a € 62,8 milhões, dos quais € 48,1 milhões correspondem à aquisição e € 14,7 milhões a reforço de Prestações Acessórias.

Esta operação, concretizada em parceria estratégica com o Grupo José de Mello, que adquiriu 2% desta sociedade, foi analisada pela Autoridade da Concorrência que deliberou a sua não oposição, por decisão de 31 de Janeiro de 2007.

Em Março de 2007, integrada na estratégia internacional do Grupo Alliance Boots, detentor dos restantes 49%, para a sua divisão *Wholesale Services and Commercial Affairs*, a Alliance UniChem Farmacêutica adoptou a denominação Alliance Healthcare.

Em 2017, foi concluído o processo de aquisição de 2% pela Farminveste IPG ao Grupo José de Mello, passando assim o Grupo Farminveste a ter a maioria desta empresa.

GRUPO HMR

A existência do grupo HMR iniciou-se com a criação da sociedade hmR - Health Market Research, Lda., actualmente hmR Portugal, em 22 de Junho de 2009, com um capital social de €100.000.

Actualmente, a Farminveste IPG detém uma participação directa de 100% na hmR International, criada formalmente em Novembro de 2016, com um capital social de €20.000.000, através da incorporação e aquisição das participações anteriormente detidas pela Farminveste IPG nas diferentes sociedades do Grupo hmR.

A hmR International detém participações na hmR Portugal (100%), hmR Espanha (100%), hmR Irlanda (50%) e hmR Alemanha (100%). O capital da hmR Irlanda é partilhado com a Irish Pharmacy Union, a congénere da ANF nesse país.

JOSÉ DE MELLO SAÚDE

A Farminveste IPG detém uma participação de 30% no capital social da JMS, que enquadra a sua actividade na prestação de serviços de saúde. O investimento global nesta participada a 31 de Dezembro de 2017 ascendia a € 26.456.955, sob a forma de capital social.

JOSÉ DE MELLO RESIDÊNCIAS E SERVIÇOS

A Farminveste IPG detém uma participação de 30,0% no capital social da JMRS. O investimento global nesta participada a 31 de Dezembro de 2017 ascendia a €131.857, sob a forma de capital social.

Através das sociedades participadas, a JMRS explora um conjunto de negócios nas áreas de comercialização e gestão de condomínios residenciais assistidos ou independentes (destinado ao mercado etário acima dos 65 anos de idade, que inclui serviços de apoio tais como vigilância permanente, ligações a unidades hospitalares, sistema de chamadas de urgência, serviços de higiene, áreas comuns para convívio, assistência médica no caso dos assistidos, entre outros serviços), e de serviços domiciliários (assistência ao domicílio a pessoas do escalão etário terciário).

5.4. Acções próprias

À data do Documento Informativo, a Farminveste SGPS não detém quaisquer acções próprias.

5.5. Estatutos

Apresentam-se de seguida as principais disposições dos estatutos.

5.5.1. Enquadramento: principais normas dos Estatutos

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é composto por um mínimo de 3 membros e um máximo de 11 membros, incluindo o respectivo Presidente, designados pela Assembleia-Geral por períodos de 3 anos.

Nos termos do artigo 16.º dos Estatutos, um dos administradores poderá ser isoladamente eleito entre os Accionistas que tenham votado contra a proposta vencedora na eleição do Conselho de Administração, desde que representem, pelo menos, 10% do capital social; o administrador eleito nestes termos acrescerá aos que integrem a lista vencedora, no caso de o Conselho de Administração ser composto

por número não superior a 9 membros e substituirá o que figurar em último lugar na lista vencedora, no caso de esta ser composta por mais de 9 membros.

O Conselho de Administração tem os poderes legalmente previstos e, em especial, os indicados no n.º 5 do artigo 16.º dos Estatutos. O nº1 do artigo 6º dos Estatutos autoriza o Conselho de Administração a deliberar o aumento do capital da Farminveste SGPS até ao montante de 180.000.000 de Euros. Todavia, não tendo esta competência sido exercida, no todo ou em parte, no prazo de 5 anos, contados da data de constituição da Farminveste SGPS, os aumentos de capital deverão ser deliberados pela Assembleia Geral (art. 456 CSC).

Os membros do Conselho de Administração podem ser dispensados, por deliberação da Assembleia Geral, da prestação de caução, desde que tal seja legalmente permitido.

O Conselho de Administração poderá, nos termos estatutários, delegar poderes numa Comissão Executiva. Encontra-se igualmente previsto que o Conselho de Administração possa designar o Secretário a que se referem os artigos 446.º-A e seguintes do CSC.

De acordo com o artigo 17.º dos Estatutos, as reuniões do Conselho de Administração são convocadas pelo seu Presidente ou por quaisquer dois Administradores, por qualquer meio, desde que por escrito, com a antecedência de 5 dias. A convocatória deve indicar o dia e a hora da reunião e a respectiva ordem de trabalhos.

Nos termos do artigo 18.º dos Estatutos, a Farminveste vincula-se perante terceiros da seguinte forma:

- a) Com a assinatura conjunta de dois membros do Conselho de Administração;
- b) Com a assinatura de um Administrador no qual tenham sido delegados poderes, nos termos da respectiva delegação;
- c) Com a assinatura de um ou mais procuradores, nos termos da respectiva procuração.

Conselho Fiscal

Nos termos do artigo 21.º dos Estatutos, a fiscalização da Farminveste SGPS é assegurada por um Conselho Fiscal, composto por três membros efectivos, incluindo o Presidente, e um membro suplente, eleitos pela Assembleia Geral por períodos de três anos. Um dos membros efectivos e o membro suplente serão revisores oficiais de contas ou sociedade de revisores oficiais de contas.

A Assembleia Geral poderá dispensar os membros do Conselho Fiscal de prestar caução, nos termos da lei.

Assembleia Geral

A Assembleia Geral é composta pelos Accionistas com direito de voto, ou seja, pelos titulares de acções das Categorias A ou B; os titulares de acções preferenciais (Categoria C) – caso venham a existir -, e os obrigacionistas apenas poderão participar nas reuniões da Assembleia Geral através de representantes comuns.

Conforme resulta do disposto no artigo 14.º dos Estatutos, embora cada acção confira direito a um voto, as Acções da Categoria B não conferem a cada Accionista direito a mais de 125.000 votos (emitidos pelo respectivo titular ou através de representante), independentemente da detenção de número superior de acções, sendo este tecto de voto aplicável a todas as deliberações da Assembleia Geral, mesmo que sujeitas a maioria qualificada. As Acções da Categoria A não se encontram sujeitas a idêntica limitação.

A participação na Assembleia Geral depende de os accionistas deterem essa qualidade no 5.º (quinto) dia útil anterior à data de realização da Assembleia Geral.

Não se encontram previstas regras especiais nos Estatutos relativamente à convocação das Assembleias Gerais, sendo, pois, aplicáveis as regras legais; o artigo 13.º prevê que a convocação, efectuada pelo Presidente da Mesa, seja realizada por publicações, por carta registada ou por correio electrónico (neste caso apenas para os Accionistas que tenham previamente consentido nesta forma de comunicação).

Para que a Assembleia Geral possa constituir-se validamente em primeira convocação é necessário que se encontrem presentes ou devidamente representados (mediante documento escrito, devidamente assinado, dirigido ao Presidente da Mesa, que dê entrada na Farminveste pelo menos 5 dias antes da data da reunião da Assembleia Geral) Accionistas titulares de acções que confirmem, pelo menos, 50% dos direitos de voto.

As deliberações da Assembleia Geral sobre alterações dos Estatutos, incluindo aumentos de capital, e limitação ou supressão de direitos de preferência, seja na subscrição de novas acções, seja na emissão de obrigações convertíveis em acções, carecem do voto favorável da maioria das Acções da Categoria A (seja em primeira, seja em segunda convocação).

Nas deliberações da Assembleia Geral são admitidas todas as formas de votação legalmente previstas, não sendo, contudo, permitido o voto por correspondência.

Alteração de Controlo da Farminveste SGPS

As restrições anteriormente referidas a respeito (i) do tecto de voto das Acções da Categoria B; e (ii) da exigência de voto favorável da maioria das acções da Categoria A em deliberações relativas a alterações dos Estatutos, incluindo aumentos de capital, e limitação ou supressão de direitos de preferência poderão condicionar/restringir a alteração de controlo da Farminveste.

No que respeita à exigência de aprovação de determinadas deliberações com os votos favoráveis da maioria das Acções da Categoria A, estabelecem os Estatutos que a Assembleia Geral da Farminveste SGPS deverá, a cada 5 anos, deliberar, nos termos do art.15º dos Estatutos; contrariamente às demais alterações estatutárias, essa deliberação não se encontra sujeita à aprovação da maioria dos votos favoráveis dos titulares de Acções da Categoria A.

Outros aspectos estatutários

Não existem quaisquer disposições nos Estatutos da Farminveste SGPS que determinem um limiar de detenção de acções cuja ultrapassagem obrigue à divulgação da identidade do respectivo titular. A Farminveste SGPS é uma sociedade fechada, não lhe sendo aplicáveis as disposições do Cód.VM sobre esta matéria.

Nos termos dos Estatutos, a Farminveste SGPS poderá adquirir acções próprias e realizar operações com as mesmas e, bem assim, emitir acções preferenciais sem voto e obrigações, designadamente obrigações convertíveis em acções.

Encontra-se ainda estatutariamente previsto que a Farminveste SGPS possa dispor de um Conselho Consultivo, composto por 5 a 10 membros, incluindo o Presidente, eleitos pela Assembleia Geral, cujo mandato coincidirá com o dos órgãos sociais. Os Accionistas minoritários poderão eleger um membro deste órgão em termos semelhantes aos previstos para a designação de um administrador.

O Conselho Consultivo poderá ser consultado pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração para emitir parecer sobre matérias de importância estratégica respeitantes às actividades e investimentos da Farminveste SGPS.

A Assembleia Geral poderá ainda designar uma Comissão de Remunerações, composta por três membros (um dos quais o Presidente), que fixará as remunerações dos membros dos órgãos sociais.

Encontra-se autorizada estatutariamente a realização de adiantamentos sobre lucros aos Accionistas no decurso do exercício.

5.5.2. Estatutos da Farminveste SGPS

ARTIGO PRIMEIRO

Denominação

A Sociedade adopta a denominação Farminveste - SGPS, S.A.

ARTIGO SEGUNDO

Sede

UM – A Sociedade tem a sua sede na Travessa de Santa Catarina, n.º 8, freguesia de Santa Catarina, concelho de Lisboa.

DOIS – Mediante deliberação do Conselho de Administração a Sociedade poderá criar, transferir ou extinguir sucursais, agências, delegações ou qualquer outra forma de representação social, em território nacional ou estrangeiro.

ARTIGO TERCEIRO

Objecto

A Sociedade tem por objecto a gestão de participações sociais de outras sociedades, como forma indirecta de exercício de actividades económicas.

ARTIGO QUARTO

Participações noutras Sociedades

A Sociedade poderá livremente adquirir participações em quaisquer sociedades, designadamente em sociedades reguladas por leis especiais, bem como associar-se a outras entidades através da participação em agrupamentos complementares de empresas, consórcios ou outras formas de associação.

ARTIGO QUINTO

Capital

UM – O capital social, integralmente subscrito e realizado, em dinheiro e nos demais valores constantes da escrituração, é de € 100.000.000 (cem milhões de euros) e encontra-se representado por 20.000.000 (vinte milhões) de acções, no valor nominal de € 5,00 (cinco euros) cada uma, sendo 10.500.000 (dez milhões e quinhentos mil) de acções da Categoria A e 9.500.000 (nove milhões e quinhentos mil) de acções da Categoria B.

DOIS – As acções são escriturais e nominativas.

ARTIGO SEXTO

Aumentos de Capital

UM – O Conselho de Administração fica autorizado a aumentar o capital social, por uma ou mais vezes, por emissão de acções ordinárias, de qualquer Categoria, e/ou de acções preferenciais sem voto, até ao montante máximo de € 180.000.000,00 (cento e oitenta milhões de euros), em obediência aos requisitos legais.

DOIS – Os aumentos do capital social para montante superior a € 180.000.000,00 (cento e oitenta milhões de euros) deverão ser aprovados pela Assembleia Geral.

TRÊS – Salvo se diferentemente deliberado em Assembleia Geral, os accionistas terão direito de preferência em quaisquer aumentos de capital, na proporção das acções de que forem titulares, quer na subscrição de novas acções, quer no rateio daquelas relativamente às quais tal direito não tenha sido exercido. Se as acções emitidas por força de um aumento de capital forem de uma categoria já existente, o referido direito de preferência pertence primeiro aos titulares de acções dessa categoria e apenas se defere aos restantes accionistas quanto às que não tenham sido subscritas por aqueles.

QUATRO – O direito de subscrição de novas acções apenas poderá ser transmitido a favor de outros accionistas titulares de acções da mesma Categoria daquelas a que tal direito respeita, devendo tal transmissão ser comunicada à Sociedade até ao quinto dia útil anterior à data de encerramento da subscrição a que o mesmo se refere.

CINCO – O anúncio para o exercício de direito de preferência na subscrição de novas acções poderá ser efectuado por carta registada.

ARTIGO SÉTIMO

Acções Preferenciais e Remição

UM - A Sociedade poderá emitir acções preferenciais sem voto até ao montante representativo de metade do capital social, que corresponderão às acções de Categoria C.

DOIS – Fica desde já autorizada a remição de quaisquer acções preferenciais sem voto que venham a ser emitidas, cujos termos deverão ser fixados por deliberação da Assembleia Geral – com observância dos preceitos legais aplicáveis e do disposto no número seguinte –, não podendo, contudo, tal deliberação ser tomada antes de decorridos seis anos sobre a data da sua emissão.

TRÊS – Caso a Assembleia Geral venha a deliberar a remição das acções preferenciais sem voto, tal remição deverá ser efectuada por montante equivalente ao seu valor nominal, acrescido de um prémio que corresponderá à diferença positiva entre o valor contabilístico e o valor nominal de tais acções, aferidos segundo o último balanço aprovado.

ARTIGO OITAVO

Acções Próprias e Obrigações

UM - A Sociedade poderá adquirir e alienar acções próprias e realizar sobre as mesmas qualquer tipo de operações, nos termos legalmente permitidos.

DOIS – A Sociedade poderá ainda emitir qualquer tipo de obrigações, designadamente as convertíveis em acções, nas condições fixadas por deliberação da Assembleia Geral.

ARTIGO NONO

Transmissão de Acções

A transmissão de acções representativas do capital social da sociedade é livre.

ARTIGO DÉCIMO

Amortização de Acções

UM – A Sociedade poderá amortizar acções sem consentimento do respectivo titular em caso de prática, pelo titular, de actos que perturbem gravemente a actividade da sociedade.

DOIS - A deliberação da Assembleia Geral sobre a amortização de acções deverá ser tomada no prazo máximo de doze meses após a ocorrência do facto que fundamenta a amortização.

TRÊS – A amortização de acções deverá ser efectuada pelo respectivo valor nominal ou contabilístico, aferido segundo o último balanço aprovado, consoante o que seja inferior, salvo no caso previsto na alínea b) do n.º 1, em que a contrapartida da amortização deverá ser calculada por revisor ou sociedade de revisores oficiais de contas independente da Sociedade, designado pelo Conselho de Administração, de acordo com o respectivo valor de mercado. Em qualquer caso, a contrapartida deverá ser paga em duas prestações, a efectuar no prazo de seis meses e um ano contados da data da deliberação da Assembleia Geral a que se refere o número anterior.

QUATRO – A amortização de acções poderá abranger todas as acções detidas pelo accionista em causa, independentemente da respectiva Categoria, e a totalidade do seu valor nominal, e terá por efeito a sua extinção.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO

Mandatos

Os membros dos órgãos sociais são eleitos por períodos de três anos e poderão ser reeleitos, dentro dos limites e em obediência às condições impostas por lei.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO

Mesa da Assembleia Geral

A Mesa da Assembleia Geral é constituída por um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário, que poderão ou não ser accionistas, podendo ser reeleitos, nos termos permitidos por lei.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO

Convocação da Assembleia Geral

As reuniões da Assembleia Geral poderão ser convocadas por publicações, por carta registada ou por correio electrónico com recibo de leitura, embora, neste último caso, apenas relativamente aos accionistas que tenham previamente manifestado o seu consentimento.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO

Constituição da Assembleia Geral

UM – A Assembleia Geral é composta pelos accionistas com direito de voto que detenham tal qualidade no 5.º (quinto) dia útil anterior à data de realização da Assembleia Geral.

DOIS – Cada acção confere direito a um voto, à excepção das acções da Categoria C, que não conferem direitos de voto. No entanto, cada accionista titular de acções da Categoria B não poderá, com essas acções, emitir em nome próprio, directamente ou através de representante, mais de cento e vinte e cinco mil votos, independentemente de deter número superior de acções dessa Categoria.

TRÊS – Os titulares de acções da Categoria C e os obrigacionistas apenas poderão participar nas reuniões da Assembleia Geral através de representantes comuns.

QUATRO – Os accionistas poderão fazer-se representar nas reuniões da Assembleia Geral, devendo, para o efeito, apresentar documento escrito, com assinatura, dirigido ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, que deverá dar entrada na Sociedade pelo menos cinco dias antes da data de realização da Assembleia Geral.

CINCO – Em caso de representação de accionistas, a limitação estabelecida no n.º 2 aplicar-se-á separadamente às acções pertencentes a cada accionista representado.

SEIS – O disposto nos n.ºs. 2 e 5 é aplicável a todas as deliberações da Assembleia Geral, ainda que sujeitas, por lei ou pelos Estatutos, a maioria qualificada, determinada em função do capital da Sociedade.

SETE – A Assembleia Geral apenas poderá constituir-se validamente em primeira convocação se estiverem presentes ou devidamente representados accionistas titulares de acções que confirmam, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) dos direitos de voto.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO

Deliberações da Assembleia Geral

UM - Carecem do voto favorável da maioria das acções de Categoria A, seja em primeira, seja em segunda convocação, as deliberações da Assembleia Geral sobre as matérias seguintes:

- a) Alterações aos Estatutos, incluindo aumentos de capital, e a limitação ou supressão dos direitos de preferência na subscrição de novas acções de qualquer Categoria;
- b) Limitação ou supressão dos direitos de preferência na emissão de obrigações convertíveis em acções.

DOIS – Os direitos conferidos aos accionistas titulares de acções da Categoria A pelo número anterior cessarão nos seguintes casos:

Enquanto as acções da Categoria A representarem menos de 5% (cinco por cento) do capital social com direito de voto; ou

Se a eliminação daqueles direitos for aprovada pela Assembleia Geral, pela maioria necessária à alteração dos presentes Estatutos.

TRÊS – A Assembleia Geral deverá deliberar, a cada cinco anos, sobre a matéria da alínea b) do número anterior, e à tomada dessas deliberações não será aplicável o requisito consignado no n.º 1.

QUATRO - Nas deliberações da Assembleia Geral são admitidas todas as formas de votação legalmente permitidas, excluindo o voto por correspondência.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO

Administração

UM – A administração da Sociedade e a sua representação, em juízo e fora dele, activa ou passivamente, incumbem a um Conselho de Administração, composto por um mínimo de três membros e um máximo de onze, incluindo o respectivo Presidente, sem prejuízo do disposto no n.º 3.

DOIS - Os membros do Conselho de Administração, incluindo o respectivo Presidente, serão designados pela Assembleia Geral.

TRÊS - Um dos administradores poderá ser isoladamente eleito entre os accionistas que tenham votado contra a proposta que fez vencimento na eleição dos administradores, contanto que tais accionistas representem, pelo menos, 10% (dez por cento) do capital social, e o administrador assim eleito acrescentará aos membros do Conselho de Administração que integrem a lista vencedora caso esta seja composta por número não superior a nove membros; sendo a lista vencedora composta por mais de nove membros, o administrador assim eleito substituirá o que figure em último lugar na lista vencedora.

QUATRO – Os membros do Conselho de Administração poderão ser dispensados da prestação de caução nos termos legalmente permitidos.

CINCO – O Conselho de Administração fica investido de todos os poderes necessários para o efeito de assegurar a gestão da Sociedade, podendo, designadamente, e para além dos poderes que a lei expressamente lhe confere:

- a) Gerir todos os negócios sociais e efectivar todas as operações relativas ao objecto social;
- b) Abrir, movimentar e encerrar contas bancárias;
- c) Adquirir, onerar e alienar quaisquer bens e direitos, móveis ou imóveis, sempre que o entenda conveniente para a Sociedade;
- d) Conceder garantias no âmbito da actividade da Sociedade;
- e) Contrair empréstimos ou obrigações financeiras equivalentes;
- f) Tomar de arrendamento quaisquer bens imóveis ou partes dos mesmos;
- g) Contratar ou despedir empregados ou colaboradores da Sociedade;
- h) Representar a Sociedade em juízo e fora dele, activa ou passivamente, podendo contrair obrigações, propor e seguir pleitos, confessar, desistir ou transigir em quaisquer acções judiciais, celebrar convenções de arbitragem e assinar termos de responsabilidade, devendo substabelecer em Advogado ou pessoa habilitada sempre que tenha de recorrer a juízo.

SEIS - O Conselho de Administração poderá delegar poderes numa Comissão Executiva cuja composição será fixada pelo Conselho de Administração.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO

Funcionamento do Conselho de Administração

UM – As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas pelo seu Presidente ou por quaisquer dois Administradores, por qualquer meio, desde que por escrito, com a antecedência de cinco dias, devendo da convocatória constar o dia e a hora da reunião e a respectiva ordem de trabalhos.

DOIS – Em caso de impedimento temporário do Presidente, os restantes membros do Conselho de Administração designarão aquele que, de entre si, exercerá as funções de Presidente até que cesse o impedimento em causa.

TRÊS – Em caso de impedimento definitivo ou temporário que se prolongue por mais de doze meses, a Assembleia Geral poderá ser convocada para eleger novo Presidente.

QUATRO – Caso qualquer Administrador falte a mais de três reuniões do Conselho de Administração, seguidas ou interpoladas, sem justificação aceite por este órgão, considerar-se-á que falta definitivamente, cessando funções de imediato.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO

Vinculação

A Sociedade ficará validamente obrigada nos seus actos e contratos:

- a) Com a assinatura conjunta de dois membros do Conselho de Administração;
- b) Com a assinatura de um Administrador no qual tenham sido delegados poderes, nos termos da respectiva delegação;
- c) Com a assinatura de um ou mais procuradores, nos termos da respectiva procuração.

ARTIGO DÉCIMO NONO

Conselho Consultivo

UM – A Assembleia Geral poderá designar um Conselho Consultivo, composto por cinco a dez membros, incluindo o Presidente, que poderão ou não ser accionistas, sem prejuízo do disposto no número seguinte.

DOIS - Um dos vogais do Conselho Consultivo poderá ser isoladamente eleito entre os accionistas que tenham votado contra a proposta que fez vencimento na eleição dos membros daquele órgão, contanto que tais accionistas representem, pelo menos, 10% (dez por cento) do capital social, e o vogal assim eleito acrescerá aos membros do Conselho Consultivo que integrem a lista vencedora caso esta seja composta por número não superior a nove membros; sendo a lista vencedora composta por mais de nove membros, o vogal assim eleito substituirá o vogal que figure em último lugar na lista vencedora.

TRÊS – O mandato do Conselho Consultivo coincidirá com o mandato dos órgãos sociais.

QUATRO – O Conselho Consultivo poderá ser consultado pelo Conselho de Administração ou pela Assembleia Geral sobre quaisquer matérias de importância estratégica respeitantes às actividades e investimentos da Sociedade, devendo o seu parecer ser emitido no prazo máximo de trinta dias após tal solicitação e, nesse prazo, comunicado, por escrito, pelo respectivo Presidente, ao Presidente do Conselho de Administração ou ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, consoante o caso.

CINCO – No exercício dos seus poderes o Conselho Consultivo poderá solicitar informações que considere necessárias ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal, através dos respectivos Presidentes.

ARTIGO VIGÉSIMO

Funcionamento do Conselho Consultivo

UM – As reuniões do Conselho Consultivo serão convocadas pelo seu Presidente ou por quaisquer dois vogais, por qualquer meio, desde que por escrito, com a antecedência de cinco dias, devendo da convocatória constar o dia, a hora e o local da reunião e a respectiva ordem de trabalhos.

DOIS – Os membros do Conselho Consultivo poderão fazer-se representar nas reuniões através de outro membro, devendo, para o efeito, informar o Presidente, por escrito, até ao início da reunião em causa.

TRÊS – O Conselho Consultivo reunirá desde que se encontre presente ou representada a maioria dos seus membros e deliberará por maioria simples. As deliberações do Conselho Consultivo serão necessariamente fundamentadas e conclusivas quanto às matérias específicas sobre as quais o mesmo tenha sido consultado.

QUATRO – O Presidente do Conselho de Administração ou o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, consoante o caso, poderão solicitar a presença do Presidente do Conselho Consultivo nas reuniões do Conselho de Administração ou da Assembleia Geral, respectivamente, que se ocupem das matérias sobre as quais o Conselho Consultivo tenha sido consultado.

ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO

Fiscalização

UM - A fiscalização da Sociedade será exercida por um Conselho Fiscal, composto por três membros efectivos, incluindo o Presidente, e um membro suplente, eleitos pela Assembleia Geral. Um dos membros efectivos e o membro suplente serão revisores oficiais de contas ou sociedades de revisores oficiais de contas.

DOIS – Os membros do Conselho Fiscal poderão ser dispensados da apresentação de caução, consoante seja deliberado pela Assembleia Geral nos termos legalmente permitidos.

ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO

Secretário

A Sociedade poderá ter um secretário e um suplente, a designar pelo Conselho de Administração, o qual deverá estar presente nas reuniões dos órgãos sociais.

ARTIGO VIGÉSIMO TERCEIRO

Comissão de Remunerações

A Assembleia Geral poderá designar uma Comissão de Remunerações, composta por três membros, um dos quais o Presidente, à qual caberá fixar as remunerações dos membros dos órgãos sociais.

ARTIGO VIGÉSIMO QUARTO

Lucros

UM – Os lucros anuais, depois de aplicados para a constituição ou reforço da reserva legal, terão o destino que for deliberado pela Assembleia Geral.

DOIS – Poderão ser feitos aos accionistas adiantamentos sobre lucros no decurso do exercício, desde que observadas as condições impostas por lei.

ARTIGO VIGÉSIMO QUINTO

Autorização

Os preceitos dispositivos do Código das Sociedades Comerciais poderão ser derogados por deliberação da Assembleia Geral.

5.6. Legislação que regula a actividade da Emitente

A actividade da Farminveste, enquanto sociedade anónima, é regulada pela legislação aplicável às sociedades comerciais em geral, designadamente o CSC, bem como, em especial, pelo regime jurídico das sociedades gestoras de participações sociais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 495/88, de 30 de Dezembro (na sua actual redacção).

5.7. Informação relativa às Acções

5.7.1. Tipo e Categoria das Acções

O capital social da Farminveste é presentemente de 20.000.000 Acções, sendo 10.500.000 da Categoria A e 9.500.000 da Categoria B.

As Acções objecto da admissão técnica à negociação são Acções da Categoria B, que são acções escriturais e nominativas, com o valor nominal de 5 Euros cada, e dispõem de todos os direitos que por lei lhes são conferidos, estando, contudo, sujeitas a limitações quanto ao direito de voto.

5.7.2. Modalidades e forma de representação das Acções da Categoria B

As Acções da Categoria B são escriturais e nominativas, com o valor nominal de 5 Euros cada.

As Acções da Categoria B encontram-se integradas em sistema centralizado (CVM) gerido pela Interbolsa.

O Código ISIN das Acções da Categoria B da Farminveste SGPS é: PTFNV1AM0002.

5.7.3. Moeda em que as Acções da Categoria B são emitidas

As Acções foram emitidas em Euros.

5.7.4. Direitos inerentes às Acções da Categoria B

5.7.4.1. Direito a dividendos

Todas as Acções da Categoria B objecto da admissão à negociação terão direito a dividendos, em função dos lucros anuais distribuíveis que vierem a ser apurados pela Farminveste SGPS e do que vier a ser deliberado pela respectiva Assembleia-Geral.

Nos termos do artigo 294º do CSC, *“salvo diferente cláusula contratual ou deliberação tomada por maioria de três quartos dos votos correspondentes ao capital social em assembleia-geral para o efeito convocada, não pode deixar de ser distribuído aos accionistas metade do lucro do exercício que, nos termos desta lei, seja distribuível”*.

Os Estatutos da Farminveste SGPS não contêm qualquer disposição que limite a distribuição de dividendos. Encontra-se autorizada estatutariamente a realização de adiantamentos sobre lucros, no decurso do exercício, nos termos permitidos pelo artigo 297.º CSC.

O pagamento de dividendos encontra-se sujeito às regras legais, nomeadamente as previstas no CSC que respeitam à conservação do capital social.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 187/70, de 30 de Abril, tal como alterado, caducam e perdem-se a favor do Estado Português os dividendos, juros e outros rendimentos das acções sempre que, durante o prazo de cinco anos, os seus titulares ou possuidores não tenham cobrado ou tentado cobrar e não tenham manifestado por outro modo legítimo e inequívoco o seu direito.

5.7.4.2. Direitos de voto

A cada Acção corresponde um voto.

Sem prejuízo dessa regra geral, cada accionista titular de Acções da Categoria B, não poderá, em caso algum, independentemente do número de acções de que for detentor, ter mais do que 125.000 votos.

As Acções da Categoria A não estão sujeitas a quaisquer restrições quanto ao direito de voto.

Os titulares de Acções da Categoria A gozam ainda de privilégios de voto, tal como estabelecido no artigo 15º dos Estatutos da Farminveste SGPS e melhor explicitado *infra*.

5.7.4.3. Direito de participação no eventual excedente, em caso de liquidação

Em caso de liquidação da Farminveste SGPS, uma vez satisfeitos ou acautelados os direitos dos seus credores, o activo restante (havendo-o) será destinado, primeiramente, ao reembolso do montante das entradas efectivamente realizadas por cada accionista (correspondente à fracção de capital detida por cada accionista), tendo os accionistas titulares de acções preferenciais (se as houver) prioridade no reembolso, nos termos estabelecidos no n.º 2 do artigo 341.º CSC. Havendo saldo depois de realizada esta operação, o mesmo será repartido entre os accionistas na proporção aplicável à distribuição dos lucros.

5.7.4.4. Disposições em matéria de amortização de Acções

O artigo 10º, nº1 dos Estatutos prevê diversas situações em que a Assembleia-Geral da Farminveste SGPS pode deliberar a amortização de Acções sem consentimento dos seus titulares.

A amortização será efectuada, nesses casos, ao valor nominal ou ao valor contabilístico se este for inferior ao valor nominal.

5.7.5. Restrições

5.7.5.1. Alteração dos direitos dos Accionistas

A alteração dos direitos dos Accionistas terá lugar nos termos da lei; na medida em que tal alteração consubstancie uma modificação dos Estatutos, dependerá de deliberação da Assembleia Geral, tomada com a maioria qualificada legalmente prevista.

Conforme referido *supra*, os Estatutos prevêem que as deliberações referentes a alterações estatutárias carecem do voto favorável da maioria das acções da Categoria A; adicionalmente, também nestas deliberações cada Accionista titular de acções da Categoria B não poderá com essas acções emitir (directamente ou através de representante) mais de 125.000 votos, ainda que detenham número superior de acções. As Acções da Categoria A não se encontram sujeitos a qualquer limitação aos direitos de voto, correspondendo um voto a cada acção detida.

Recorda-se ainda a necessidade de ser observado o quórum constitutivo estatutariamente previsto de presenças ou representações de 50% dos direitos de voto para que a Assembleia Geral possa reunir em primeira convocação.

Por outro lado e no que respeita, em especial, aos direitos atribuídos pelo artigo 15.º dos Estatutos às Acções da Categoria A, a sua manutenção depende de tais acções representarem, pelo menos, 5% do capital social com direito de voto, cessando se e enquanto as mesmas se encontrarem abaixo de tal limite.

Ainda no que respeita à exigência de aprovação de determinadas deliberações com os votos favoráveis da maioria das Acções da Categoria A, estabelecem os Estatutos que a Assembleia Geral da Farminveste SGPS deverá, a cada 5 anos, deliberar sobre a manutenção desses direitos, carecendo essa deliberação de ser aprovada pela maioria qualificada legalmente exigida para a alteração dos Estatutos; contrariamente às demais alterações estatutárias, essa deliberação não se encontra sujeita à aprovação da maioria dos votos favoráveis dos titulares de acções desta Categoria.

5.7.5.2. Transmissão de acções

A transmissão de acções é livre, nos termos do artigo 9º dos Estatutos.

5.7.6. Serviço financeiro

O serviço financeiro das Acções, nomeadamente no que respeita ao pagamento de dividendos, será assegurado pelo intermediário financeiro que venha a ser designado para o efeito.

Os dividendos que não sejam reclamados consideram-se abandonados a favor do Estado quando, durante o prazo de 5 anos, os titulares ou possuidores das respectivas acções não hajam cobrado ou tentado cobrar aqueles rendimentos ou não tenham manifestado por outro modo legítimo e inequívoco o seu direito sobre os mesmos (Decreto-Lei n.º 187/70, de 30 de Abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 524/79, de 31 de Dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 366/87, de 27 de Novembro).

5.7.7. Diluição

Visto a admissão técnica das Acções da Categoria B não estar associada a qualquer emissão de novas Acções, nem a oferta de distribuição das mesmas, não havendo lugar a qualquer alteração no valor ou número de acções representativas do capital social, não haverá qualquer diluição para os actuais accionistas da Farminveste SGPS.

Contudo, prevê-se a realização da emissão de Obrigações Convertíveis em Outubro de 2018, num montante máximo de €5 milhões e com uma maturidade de 3 anos. Esta emissão, sendo de conversão facultativa por opção dos investidores, poderá traduzir-se num aumento de capital futuro da Farminveste SGPS, até ao limite máximo igualmente de até €5 milhões.

6. Análise Financeira

Os dados financeiros apresentados no Documento Informativo encontram-se expressos em Euros ou nas unidades monetárias expressamente referidas.

A informação económico-financeira apresentada nesta secção deverá ser lida conjuntamente com a demais informação financeira constante do presente Documento Informativo.

6.1. Perímetro de consolidação

As contas que se seguem resultam de um processo de consolidação que envolve empresas pelo método integral e pelo método da equivalência patrimonial, conforme melhor descrito nos parágrafos seguintes.

Comparando os anos de 2016 e 2015, as alterações registadas ao nível do perímetro de consolidação foram as seguintes:

Consolidação da Alliance Healthcare pelo método integral (anteriormente consolidada pelo método proporcional), fruto de uma aquisição de 2,00% do capital social da sociedade, que permitiu obter controlo (51%) sobre a mesma;

Consolidação da hmR Irlanda pelo método integral (previamente consolidada pelo método proporcional);

Constituição das sociedades hmR International, consolidada pelo método integral, e Farbiowell, consolidada pelo método de equivalência patrimonial.

Comparando os anos de 2017 e 2016, as alterações registadas ao nível do perímetro de consolidação foram as seguintes:

Consolidação da Farbiowell pelo método integral (previamente consolidada pelo método de equivalência patrimonial);

Constituição da sociedade hmR Alemanha, consolidada pelo método integral;

Constituição das sociedades Cuidafarma e Go Far Insurance, ambas consolidadas pelo método de equivalência patrimonial.

Em síntese, o modo como estão consolidadas as contas das diversas sociedades no balanço e contas da Farminveste SGPS a 31 de Dezembro de 2017 é o seguinte:

Nome	Sede	% Capital (Directa)	% Capital (Indirecta)	% Capital (Efectiva)	Método de Consolidação
Farminveste - Investimentos, Participações e Gestão, S.A.	Lisboa	100,00%	-	100,00%	Integral
Farminveste 4 - Serviços, S.A.	Sintra	100,00%	-	100,00%	Integral
Imofarma - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado	Porto Salvo	87,53%	-	87,53%	Integral
Globalvet - Soluções e Inovação Veterinária, Lda.	Lisboa	75,00%	-	75,00%	Integral
Farminveste 3 - Gestão de Participações, SGPS, Lda.	Lisboa	99,99%	-	99,99%	Integral
Glantt - Global Intelligence Technologies, S.A.	Sintra	-	76,40%	76,40%	Integral
Alliance Healthcare, S.A.	Porto	51,00%	-	51,00%	Integral
HMR - Health Market Research International, S.A.	Lisboa	100,00%	-	100,00%	Integral
HMR - Health Market Research Portugal, Unipessoal Lda.	Lisboa	-	100,00%	100,00%	Integral
HMR - España, S.L.	Madrid	-	100,00%	100,00%	Integral
Health Market Research Ireland Limited	Dublin	-	50,00%	50,00%	Integral
HMR Health Market Research Germany GmbH	Frankfurt	-	100,00%	100,00%	Integral
Farbiowell - Suplementos Alimentares, S.A.	Lisboa	51,00%	-	51,00%	Integral

Nome	Sede	% Capital (Directa)	% Capital (Indirecta)	% Capital (Efectiva)	Método de Consolidação
José de Mello Saúde, S.A.	Sintra	30,00%	-	30,00%	Eq. Patrimonial
José de Mello Residências e Serviços, SGPS, S.A.	Porto Salvo	30,00%	-	30,00%	Eq. Patrimonial
Cuidafarma, Lda.	Lisboa	50,00%	-	50,00%	Eq. Patrimonial
Farmininsurance - Soluções e Serviços para Protecção da Saúde, S.A.	Lisboa	50,00%	-	50,00%	Eq. Patrimonial

Nota: As percentagens de detenção directa de capital referem-se a participações da Farminveste IPG, detida a 100% pela Farminveste SGPS.

6.2. Comparação entre os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2017

Para informação detalhada, consultar as notas às demonstrações financeiras auditadas dos exercícios de 2016 a 2017, constantes no sítio da Farminveste SGPS.

6.2.1. Contas individuais

Em termos de performance económica, a Farminveste SGPS reconheceu como proveitos do exercício a reversão da provisão para a multa da ADC no valor de €6,1 milhões, por ter havido, no decorrer do ano, uma decisão positiva do tribunal relativamente a este processo. Adicionalmente, foi registado o impacto positivo do resultado líquido da sua participada Farminveste IPG, no montante de €5,4 milhões que compara com um contributo positivo de €10,6 milhões em 2016. O resultado da Farminveste IPG diminuiu em 2017 devido ao contributo negativo da participada hmR International (€5,2 milhões negativos). Para maior detalhe, ver análise das contribuições do capítulo 2.2.2..

De referir ainda que, em 2016, o resultado da subsidiária Farminveste IPG, incluía uma mais valia de cerca de €24,5 milhões, referente à alienação das participações da hmR Espanha e da hmR Ireland e pela entrada em espécie da participação financeira da hmR Portugal, operações anuladas pelos ajustamentos de consolidação ao nível da Farminveste SGPS.

Aos ganhos supra-referidos, são deduzidos os gastos decorrentes da actividade da holding (FSEs e gastos com pessoal) que ascenderam a €0,1 milhões em 2017. Deste modo, encerrou o exercício de 2017 com um resultado líquido positivo de €11,5 milhões, apresentando uma melhoria significativa face ao ano anterior devido aos impactos anteriormente referidos.

Em termos financeiros, a sociedade apresenta um activo total que ascendia no final de 2017 a €112,2 milhões, reflectindo a sua participação de 100% na Farminveste IPG, financiado, na sua quase totalidade, por capitais próprios (€111,8 milhões).

6.2.2. Demonstração de resultados consolidados

O volume de negócios consolidado da Farminveste SGPS em 2017 é de €702,7 milhões, o que representa um aumento de €2,1 milhões comparativamente a 2016. Este aumento é justificado essencialmente pelo aumento do volume de negócios da Glintt, de cerca de €3,7 milhões, verificando uma redução na Alliance Healthcare de cerca de €1,6 milhões.

Apresentamos abaixo o detalhe por área de negócio, no qual foram eliminados os negócios entre as sociedades integrantes do perímetro de consolidação:

FV SGPS Volume de negócios	2017		2016		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
valores em milhares de euros						
Farminveste IPG	15 778,5	2,2%	15 591,8	2,2%	186,7	1,2%
hmRs	11 687,3	1,7%	11 034,5	1,6%	652,7	5,9%
Farminveste 3 + Glintt	66 692,2	9,5%	63 008,7	9,0%	3 683,5	5,8%
Imofarma + FV Serviços	4 617,4	0,7%	5 502,5	0,8%	-885,1	-16,1%
Alliance Healthcare	603 039,8	85,8%	605 084,7	86,4%	-2 044,9	-0,3%
Parcerias (Farbiowell+GV)	893,8	0,1%	414,4	0,1%	479,4	115,7%
Total FV SGPS	702 709,0	100,0%	700 636,7	100,0%	2 072,3	0,3%

Relativamente aos gastos operacionais com fornecimentos e serviços externos e pessoal, o aumento de €10 milhões deve-se essencialmente ao investimento na expansão internacional da hmR, e também ao acréscimo de actividade na Glintt e Farminveste Serviços.

As contribuições por área de negócio foram as seguintes, eliminados os negócios entre as sociedades que fazem parte do perímetro de consolidação:

FV SGPS - Gastos operacionais (FSE's + G.Pessoal)	2017		2016		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
valores em milhares de euros						
FV SGPS	47,6	0,0%	32,8	0,0%	14,8	45,3%
Farminveste IPG	21 897,6	18,1%	21 606,8	19,5%	290,8	1,3%
hmRs	11 574,9	9,6%	6 938,8	6,3%	4 636,1	66,8%
Farminveste 3 + Glintt	55 654,3	46,0%	52 309,8	47,1%	3 344,4	6,4%
Imofarma + FV Serviços	5 708,5	4,7%	4 569,1	4,1%	1 139,4	24,9%
Alliance Healthcare	25 718,5	21,2%	25 285,7	22,8%	432,8	1,7%
Parcerias (GV + Farbiowell)	451,9	0,4%	262,8	0,2%	189,1	71,9%
Total FV SGPS	121 053,3	100,0%	111 005,8	100,0%	10 047,5	9,1%

Em termos consolidados, a Farminveste SGPS atingiu resultados operacionais (antes de gastos de financiamento e impostos) no montante de €30,5 milhões, para os quais se verificaram as seguintes contribuições individuais (para uma melhor percepção dos contributos para o resultado, os valores constantes neste quadro não foram sujeitos a anulações de relações cruzadas):

Resultado operacional	2017		2016		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
valores em milhares de euros						
Farminveste SGPS	6 030,5	19,8%	-6 115,5	-20,9%	12 145,9	-198,6%
Farminveste IPG	3 120,2	10,2%	2 697,5	9,2%	422,7	15,7%
hmRs	-5 114,2	-16,8%	-333,7	-1,1%	-4 780,5	1432,6%
Farminveste 3 + Glintt	3 989,4	13,1%	5 248,3	17,9%	-1 258,9	-24,0%
Imofarma + FV Serviços	3 328,6	10,9%	5 089,9	17,4%	-1 761,3	-34,6%
Alliance Healthcare	19 284,0	63,2%	22 679,2	77,5%	-3 395,3	-15,0%
Parcerias (GV + Farbiowell+Farmininsurance+Cuifarma)	-130,5	-0,4%	11,2	0,0%	-141,7	-1265,5%
Total FV SGPS	30 507,9	100,0%	29 276,9	100,0%	1 230,9	4,2%

A contribuição da Farminveste IPG para o resultado operacional engloba os ganhos com as participadas JMS e JMRS decorrentes da aplicação do MEP em 2017 e 2016, no valor de €7,0 e € 7,2 milhões respectivamente.

Na Farminveste SGPS, o ano de 2017 beneficia do impacto positivo de anulação da provisão para a multa da AdC, por decisão do Tribunal da Relação, no montante de 6 milhões de euros. Por outro lado, o ano de 2016 teve o impacto negativo da constituição dessa mesma provisão em valor equivalente.

A Autoridade da Concorrência (AdC) instaurou, por despacho de 17 de Setembro de 2009, um processo contra-ordenacional por alegadas práticas de abuso de posição dominante no mercado da comercialização de dados das farmácias, nas quais estariam envolvidas, para além da ANF, a Farminveste SGPS, a Farminveste IPG e a sua participada hmR. Na conclusão deste processo, por decisão de 22 de Dezembro de 2015, a AdC aplicou à Farminveste SGPS, à Farminveste IPG e à hmR coimas nos montantes de €9.080.000, de €360.000 e de €265.000, respectivamente.

Na sequência, em 26 de Janeiro de 2016, a Farminveste SGPS, a Farminveste IPG e a hmR apresentaram contra aquela decisão da AdC os competentes recursos de impugnação que foram recebidos pelo Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão (processo n.º 36/16.OYUSTR). Tramitado este processo e realizada a audiência de julgamento, foi proferida sentença pelo Tribunal, datada de 20 de Outubro de 2016, que julgou parcialmente procedentes os recursos da Farminveste SGPS, da Farminveste IPG e da hmR, e, em decorrência, reduziu as coimas aplicadas para €6.082.704, €233.530,80 e €171.767,20, respectivamente.

Não conformadas com a sentença, a Farminveste SGPS, a Farminveste IPG e a hmR, interpuseram, em 03 de Novembro de 2016, recursos para o Tribunal da Relação de Lisboa.

O Tribunal da Relação de Lisboa, por acórdão de 14 de Junho de 2017, julgou (i) provido o recurso interposto pela Farminveste SGPS, absolvendo-a da prática da contra-ordenação e da coima em que vinha condenada (€6.082.704) e (ii) não-providos os recursos interpostos pela Farminveste IPG e pela hmR, mantendo a sua condenação nos termos decididos pela 1ª instância (coimas de €233.530,80 e €171.767,20, respectivamente).

O acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa transitou em julgado e a Farminveste IPG e a hmR liquidaram o valor das coimas respectivas.

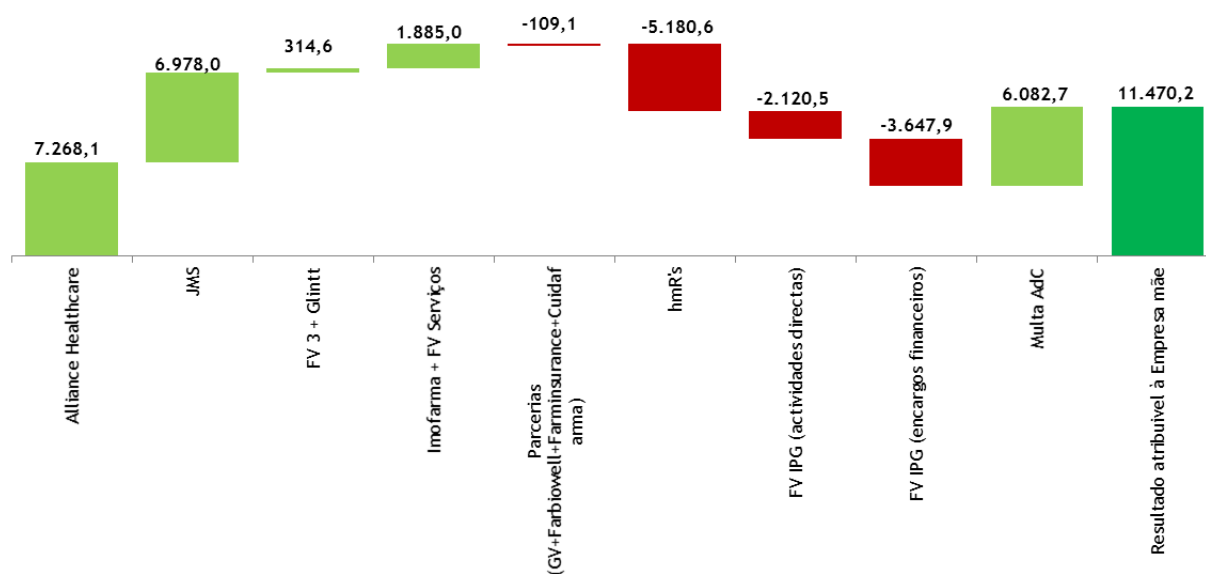
Se excluirmos este efeito de natureza extraordinária, assistimos a uma redução do resultado operacional de cerca de €10 milhões, devido ao investimento na sua expansão internacional da HMR, no Imofarma pela valorização dos imóveis verificada em 2016 e que não se repetiu em 2017 e na Glintt e Alliance Healthcare.

Os resultados financeiros melhoraram atingindo €7,6 milhões, devido à obtenção de melhores condições de financiamento. O quadro seguinte apresenta o detalhe por área de negócio:

FV SGPS Resultados financeiros	2017		2016		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
valores em milhares de euros						
Farminveste IPG	-3 661,2	48,4%	-3 764,0	48,3%	102,9	-2,7%
hmRs	-51,0	0,7%	-125,2	1,6%	74,2	-59,3%
Farminveste 3 + Glintt	-2 723,2	36,0%	-2 875,0	36,9%	151,7	-5,3%
Imofarma + FV Serviços	-1 150,7	15,2%	-1 294,7	16,6%	144,0	-11,1%
Alliance Healthcare	19,4	-0,3%	259,7	-3,3%	-240,2	-92,5%
Parcerias (GV + Farbiowell+Farmininsurance+Cuifarma)	-1,1	0,0%	-	0,0%	-1,1	-
Total FV SGPS	-7 567,7	100,0%	-7 799,2	100,0%	231,5	-3,0%

Atingiu-se um resultado final positivo de €18,7 milhões, dos quais 11,5 milhões atribuíveis aos detentores do capital da Farminveste SGPS e €7,2 milhões a interesses minoritários. O detalhe da contribuição de cada área de negócio para o resultado líquido sem eliminações das transacções intra-grupo é o seguinte:

Valores em Milhares de Euros



6.2.3. Balanço consolidado

Em termos financeiros, o activo consolidado não corrente atingiu no final de 2017 cerca de €324,8 milhões, o que representa um aumento de aproximadamente €3,8 milhões. Esta variação é explicada pelo efeito das participações financeiras na JMS registado na Farminveste IPG e ainda pelo investimento em sistemas de informação na Glintt e na hmR.

FV SGPS Activo - Não corrente	2017		2016		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
valores em milhares de euros						
Farminveste SGPS	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
Farminveste IPG	59 215,2	18,2%	55 569,7	17,3%	3 645,6	6,6%
hmRs	4 363,7	1,3%	2 531,7	0,8%	1 832,0	72,4%
Farminveste 3 + Glintt	138 093,4	42,5%	134 666,2	42,0%	3 427,2	2,5%
Imofarma + FV Serviços	89 628,6	27,6%	90 096,2	28,1%	-467,6	-0,5%
Alliance Healthcare	33 508,4	10,3%	38 127,7	11,9%	-4 619,3	-12,1%
Parcerias (GV + Farbiowell+Farminsurance+Cuifarma)	40,5	0,0%	5,0	0,0%	35,5	709,6%
Total FV SGPS	324 849,9	100,0%	320 996,4	100,0%	3 853,5	1,2%

Os activos correntes aumentaram para €187,7 milhões em 2017, destacando-se o aumento na Alliance Healthcare relativo sobretudo às contas a receber. A contribuição individual é apresentada na tabela seguinte:

FV SGPS Activo - Corrente	2017		2016		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
valores em milhares de euros						
Farminveste SGPS	5,5	0,0%	6,1	0,0%	-0,5	-8,8%
Farminveste IPG	6 334,9	3,4%	5 867,4	3,3%	467,5	8,0%
hmRs	6 680,5	3,6%	6 011,5	3,3%	669,0	11,1%
Farminveste 3 + Glintt	27 159,6	14,5%	25 756,1	14,3%	1 403,5	5,4%
Imofarma + FV Serviços	3 597,7	1,9%	2 120,6	1,2%	1 477,1	69,7%
Alliance Healthcare	143 324,1	76,4%	140 316,7	77,8%	3 007,3	2,1%
Parcerias (GV + Farbiowell+Farminsurance+Cuifarma)	611,0	0,3%	164,3	0,1%	446,7	271,9%
Total FV SGPS	187 713,3	100,0%	180 242,7	100,0%	7 470,7	96,3%

O passivo não corrente é €154,4 milhões no final de 2017, representando um aumento de €16,9 milhões face a 2016, sendo visíveis vários efeitos: por um lado verificou-se uma redução na Farminveste SGPS pela reversão da provisão para processos judiciais (AdC) no valor de €6 milhões; por outro lado, assistiu-se a um aumento dos financiamentos na Farminveste IPG (€5,2 milhões), na Glintt (€17 milhões) e na Alliance Healthcare (€4,3 milhões) que teve como contrapartida a redução do passivo corrente a nível destas empresas na componente de financiamento de curto prazo.

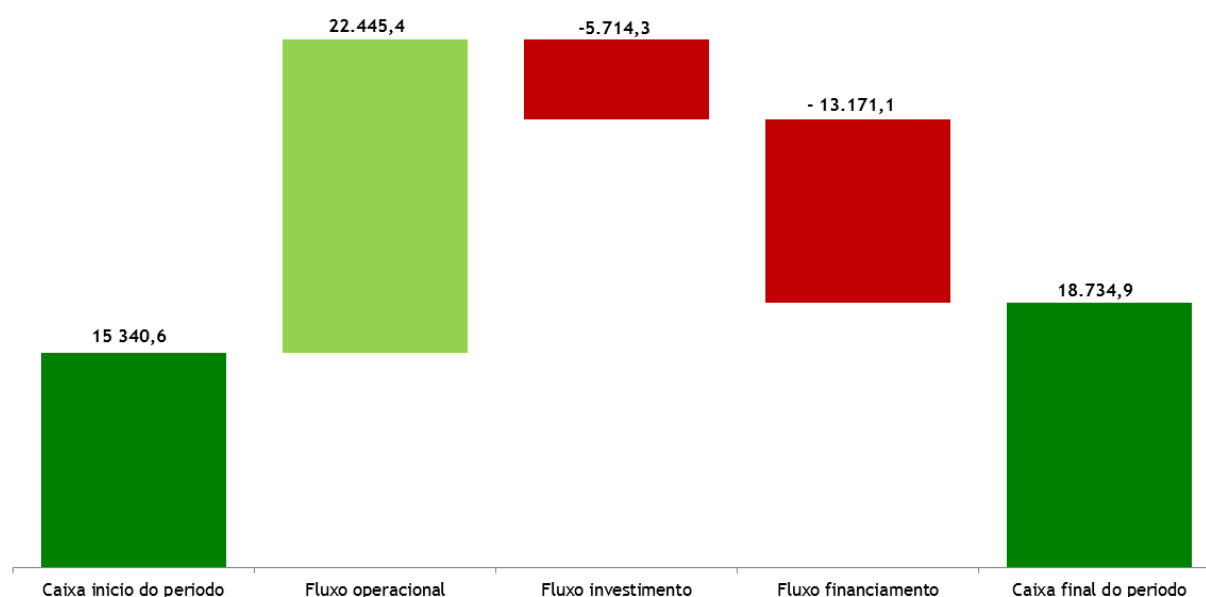
FV SGPS Passivo não corrente	2017		2016		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
valores em milhares de euros						
Farminveste SGPS	425,0	0,3%	6 435,2	4,7%	-6 010,2	-93,4%
Farminveste IPG	65 977,0	42,7%	60 742,0	44,2%	5 235,0	8,6%
hmRs	1 196,8	0,8%	1 288,5	0,9%	-91,7	-7,1%
Farminveste 3 + Glintt	50 665,9	32,8%	35 969,3	26,1%	14 696,6	40,9%
Imofarma + FV Serviços	22 872,0	14,8%	24 504,5	17,8%	-1 632,5	-6,7%
Alliance Healthcare	13 284,2	8,6%	8 619,9	6,3%	4 664,2	54,1%
Parcerias (GV + Farbiowell+Farminsurance+Cuifarma)	23,8	0,0%	-	0,0%	23,8	0,0%
Total FV SGPS	154 444,6	100,0%	137 559,4	100,0%	16 885,2	-3,6%

FV SGPS Passivo corrente	2017		2016		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
valores em milhares de euros						
Farminveste SGPS	7,7	0,0%	18,9	0,0%	-11,2	-59,2%
Farminveste IPG	36 726,9	19,4%	40 130,1	19,3%	-3 403,2	-8,5%
hmRs	6 168,8	3,3%	3 981,0	1,9%	2 187,7	55,0%
Farminveste 3 + Glintt	44 023,7	23,3%	53 922,8	26,0%	-9 899,0	-18,4%
Imofarma + FV Serviços	4 433,9	2,3%	3 969,7	1,9%	464,2	11,7%
Alliance Healthcare	97 247,4	51,4%	105 619,8	50,8%	-8 372,4	-7,9%
Parcerias (GV + Farbiowell+Farmininsurance+Cuifarma)	420,6	0,2%	76,4	0,0%	344,2	450,6%
Total FV SGPS	189 029,0	100,0%	207 718,7	100,0%	-18 689,6	-9,0%

Em contrapartida, o passivo corrente apresenta um decréscimo de €18,7 milhões face a 2016. A Alliance Healthcare reduziu o recurso a financiamento de curto prazo na sua actividade corrente (€6,2 milhões), e a Glintt e a Farminveste IPG substituíram financiamento de curto prazo por prazo superior, verificando-se uma redução do passivo corrente de €9,9 milhões e de €3,4 milhões respectivamente.

6.2.4. Fluxos de caixa

Relativamente aos movimentos consolidados de tesouraria, registaram-se fluxos positivos das actividades operacionais de €22,4 milhões, que foram parcialmente absorvidos pelos fluxos de investimento e de financiamento, que são negativos no período, essencialmente devido ao pagamento de dividendos, financiamentos e investimento em capex.



6.3. Comparação entre os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2016

Para informação detalhada, consultar as notas às demonstrações financeiras auditadas dos exercícios de 2015 e 2016, constantes dos Anexos ao presente Documento Informativo.

6.3.1. Contas individuais

Em termos de performance económica, a Farminveste SGPS reconheceu como gastos do exercício a provisão para a multa da ADC no valor de €6,1 milhões. Adicionalmente, foi registado o impacto positivo do resultado líquido da sua participada Farminveste IPG, no montante de €10,6 milhões. Deste modo, encerrou o exercício de 2016 com um resultado líquido positivo de €4,5 milhões, apresentando uma melhoria significativa face ao ano anterior no qual foi registada uma perda de €4,96 milhões.

Em termos financeiros, a sociedade apresentava um activo total que ascendia no final de 2016 a €104,7 milhões, reflectindo a sua participação de 100% na Farminveste IPG, financiado por capitais próprios em €98,2 milhões e um passivo de €6,5 milhões, incluindo a provisão de €6,1 milhões supramencionada, constituída nesse mesmo ano.

6.3.2. Contas consolidadas

Destaque para a alteração do perímetro de consolidação, consequência da alteração do normativo contabilístico do grupo para IFRS, passando a Alliance Healthcare e a hmR Irlanda a serem consolidadas pelo método integral. Por esse motivo, para efeitos de comparabilidade, toda a informação relativa ao exercício de 2015 apresentada de seguida foi reexpressa em conformidade com os critérios de 2016.

6.3.3. Demonstração de resultados consolidados

O volume de negócios consolidado da Farminveste SGPS em 2016 é de €700,6 milhões, o que representa um aumento de €9,2 milhões comparativamente a 2015. Este aumento é justificado por quatro efeitos: (1) um aumento na Farminveste IPG principalmente devido à alteração do modelo de negócio do Saúde, ocorrida em Maio de 2015, que passou a desagregar os pontos emitidos e os pontos rebatidos; (2) aumento na hmR Espanha (€1,3 milhões), (3) aumento volume na AH (€5,8 milhões) e (4) redução na Glinnt (€4,5 milhões).

Apresentamos abaixo o detalhe por área de negócio, no qual foram eliminados os negócios entre as sociedades integrantes do perímetro de consolidação:

FV SGPS	2016		2015		Variação	
Volume de negócios	Valor	%	Valor	%	Valor	%
valores em milhares de euros						
Farminveste IPG	15 591,8	2,2%	10 756,9	1,6%	4 834,9	44,9%
hmRs	11 034,5	1,6%	9 670,1	1,4%	1 364,5	100,0%
Farminveste 3 + Glinnt	63 008,7	9,0%	67 528,7	9,8%	-4 520,0	0,0%
Imofarma + FV Serviços	5 502,5	0,8%	3 873,3	0,6%	1 629,2	42,1%
Alliance Healthcare + GV	605 499,1	86,4%	599 633,5	86,7%	5 865,6	1,0%
Total FV SGPS	700 636,7	100,0%	691 462,4	100,0%	9 174,3	1,3%

Relativamente aos gastos operacionais com fornecimentos e serviços externos e pessoal, o aumento de €7,6 milhões deve-se essencialmente à alteração do modelo de negócio do Programa Saúde, atrás

mencionada e ao aumento dos gastos na FV Serviços pela alteração da actividade desta empresa em 2016.

As contribuições por área de negócio foram as seguintes, eliminados os negócios entre as sociedades que fazem parte do perímetro de consolidação:

FV SGPS - Gastos operacionais (FSE's + G.Pessoal)	2016		2015		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
valores em milhares de euros						
FV SGPS	32,8	0,0%	10,3	0,0%	22,5	218,6%
Farminveste IPG	21 606,8	19,5%	14 470,5	14,0%	7 136,3	49,3%
hmRs	6 938,8	6,3%	6 735,8	6,5%	202,9	3,0%
Farminveste 3 + Glintt	52 309,8	47,1%	54 361,1	52,6%	-2 051,3	-3,8%
Imofarma + FV Serviços	4 569,1	4,1%	1 851,0	1,8%	2 718,1	146,8%
Alliance Healthcare + GV	25 548,5	23,0%	25 969,6	25,1%	-421,1	-1,6%
Total FV SGPS	111 005,8	100,0%	103 398,4	100,0%	7 607,4	7,4%

Em termos consolidados, a Farminveste SGPS atingiu resultados operacionais (antes de gastos de financiamento e impostos) no montante de €29,3 milhões, para os quais se verificaram as seguintes contribuições individuais (para uma melhor percepção dos contributos para o resultado, os valores constantes neste quadro não foram sujeitos a anulações de relações cruzadas, sendo somente anuladas as equivalências patrimoniais quando existentes):

Resultado operacional	2016		2015		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
valores em milhares de euros						
Farminveste SGPS	-6 115,5	-20,9%	-10,3	0,0%	-6 105,2	59371,4%
Farminveste IPG	2 697,5	9,2%	1 403,3	3,8%	1 294,1	92,2%
hmRs	-333,7	-1,1%	-4 093,1	-11,2%	3 759,4	-91,8%
Farminveste 3 + Glintt	5 248,3	17,9%	13 063,0	35,8%	-7 814,7	-59,8%
Imofarma + FV Serviços	5 089,9	17,4%	3 556,2	9,7%	1 533,6	43,1%
Alliance Healthcare + GV	22 690,5	77,5%	22 562,3	61,8%	128,2	0,6%
Total FV SGPS	29 276,9	100,0%	36 481,4	100,0%	-7 204,5	-19,7%

A contribuição da Farminveste IPG para o resultado operacional engloba os ganhos com as participadas JMS e JMRS decorrentes da aplicação do MEP em 2016 e 2015, no valor de €7,2 e € 6,4 milhões respectivamente.

O resultado operacional piorou €7,2 milhões face a período anterior pois havia sido reconhecido em 2015 o ganho pela aquisição da Glintt (goodwill negativo) de cerca de €12,5 milhões. Deste modo, se retirarmos este efeito, assistimos a uma melhoria do resultado operacional de €5,3 milhões, conseguido em grande parte pela performance positiva da Glintt em 2016. Adicionalmente, na Farminveste SGPS regista-se uma contribuição negativa de €6,1 milhões pelo reconhecimento de uma provisão para o processo judicial da AdC.

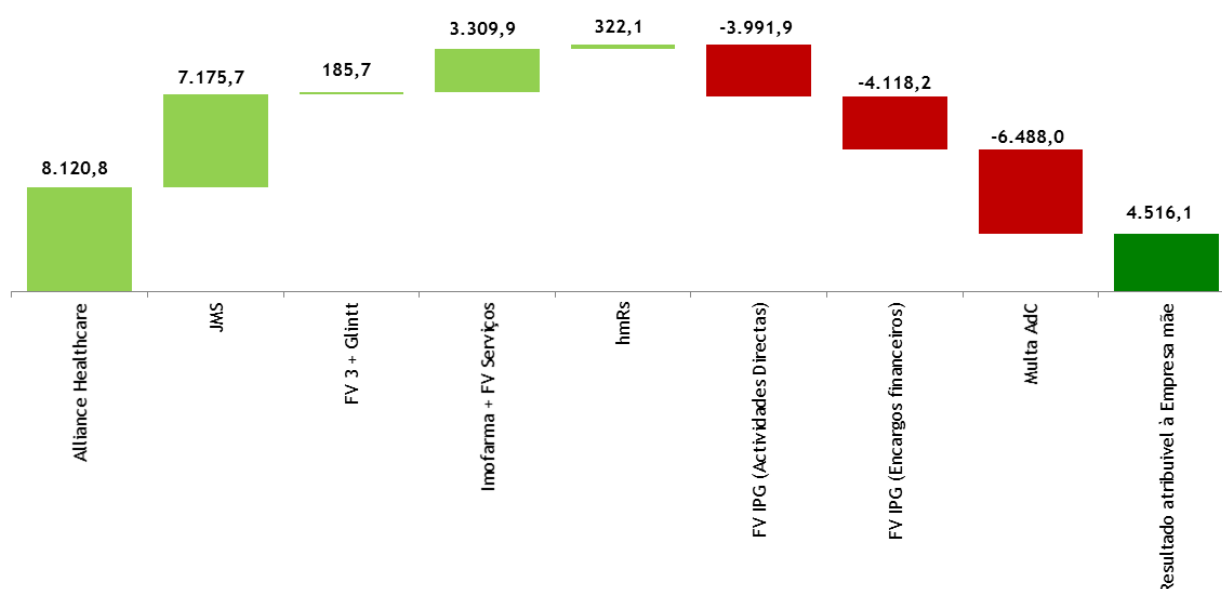
Os resultados financeiros melhoraram €0,9 milhões para €7,8 milhões. Esta melhoria é mais significativa na Farminveste IPG pela redução da utilização de financiamento bancário em consequência da devolução das prestações acessórias da Alliance Healthcare (€ 19,6 milhões) e ainda pelos proveitos de juros de mora de dívida vencida. O quadro seguinte apresenta o detalhe por área de negócio:

FV SGPS	2016		2015		Variação	
Resultados financeiros	Valor	%	Valor	%	Valor	%
valores em milhares de euros						
Farminveste IPG	-3 764,0	48,3%	-4 582,8	52,4%	818,7	-17,9%
hmRs	-125,2	1,6%	-137,0	1,6%	11,8	-8,6%
Farminveste 3 + Glinnt	-2 875,0	36,9%	-3 212,4	36,7%	337,4	-10,5%
Imofarma + FV Serviços	-1 294,7	16,6%	-1 270,9	14,5%	-23,8	1,9%
Alliance Healthcare + GV	259,7	-3,3%	459,1	-5,3%	-199,4	-43,4%
Total FV SGPS	-7 799,2	100,0%	-8 743,9	100,0%	944,7	-10,8%

A Farminveste SGPS incorporou as perdas com operações descontinuadas de €2,2 milhões, originadas pela alienação, por parte da subsidiária Glinnt Energy, S.A., dos activos fixos, tangíveis e intangíveis que compõem a Central Fotovoltaica em Évora, bem como a posição contratual em contratos relativos à exploração desses activos e as respectivas licenças de produção e exploração.

Assim, atingiu-se um resultado final positivo de €13,4 milhões, dos quais €4,5 milhões atribuíveis aos detentores do capital da Farminveste SGPS e €8,8 milhões a interesses minoritários. O detalhe da contribuição de cada área de negócio para o resultado líquido sem eliminações das transacções intra-grupo é o seguinte:

Valores em Milhares de Euros



6.3.4. Balanço consolidado

Em termos financeiros, o activo consolidado não corrente atingiu no final de 2016 cerca de €321,0 milhões, o que representa um aumento de aproximadamente €4,0 milhões. Esta variação é explicada pelo efeito das reavaliações dos imóveis na Imofarma, pelo aumento do investimento em activos fixos

tangíveis na Farminveste Serviços e Alliance Healthcare e pelo investimento em curso nos programas desenvolvidos internamente relativos ao tratamento dos dados das farmácias e dos hospitais na hmR.

FV SGPS	2016		2015		Variação	
Activo - Não corrente	Valor	%	Valor	%	Valor	%
valores em milhares de euros						
Farminveste SGPS	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
Farminveste IPG	55 569,7	17,3%	55 473,7	17,5%	95,9	0,2%
hmRs	2 531,7	0,8%	475,2	0,2%	2 056,4	432,7%
Farminveste 3 + Glintt	134 666,2	42,0%	137 642,8	43,4%	-2 976,6	-2,2%
Imofarma + FV Serviços	90 096,2	28,1%	88 844,7	28,0%	1 251,5	1,4%
Alliance Healthcare + GV	38 132,7	11,9%	34 384,1	10,9%	3 748,6	10,9%
Total FV SGPS	320 996,4	100,0%	316 820,6	100,0%	4 175,8	1,3%

Os activos correntes mantiveram-se em €180,2 milhões em 2016, destacando-se a redução na Glintt sobretudo nas contas a receber de clientes (€1,9 milhões), compensada pelo aumento nas restantes empresas. A contribuição individual é apresentada na tabela seguinte:

FV SGPS	2016		2015		Variação	
Activo - Corrente	Valor	%	Valor	%	Valor	%
valores em milhares de euros						
Farminveste SGPS	6,1	0,0%	4,6	0,0%	1,4	30,9%
Farminveste IPG	5 867,4	3,3%	5 083,4	2,8%	784,0	15,4%
hmRs	6 011,5	3,3%	5 070,1	2,8%	941,4	18,6%
Farminveste 3 + Glintt	25 756,1	14,3%	29 719,2	16,5%	-3 963,1	-13,3%
Imofarma + FV Serviços	2 120,6	1,2%	1 699,5	0,9%	421,1	24,8%
Alliance Healthcare + GV	140 481,0	77,9%	138 704,7	76,9%	1 776,3	1,3%
Total FV SGPS	180 242,7	100,0%	180 281,5	100,0%	-40,3	46,7%

O passivo não corrente é €137,6 milhões no final de 2016, representando uma redução de €2,2 milhões face a 2015, sendo visíveis vários efeitos: por um lado verificou-se o aumento na Farminveste SGPS pela provisão para processos judiciais (AdC) no valor de €6,1 milhões e na Alliance Healthcare pelo aumento dos financiamentos de médio-longo prazo de cerca de €7,0 milhões; por outro lado, assistiu-se a uma redução dos financiamentos na Farminveste IPG (€7,6 milhões), Glintt (€6,6 milhões) e no Imofarma (€1,4 milhões).

FV SGPS	2016		2015		Variação	
Passivo não corrente	Valor	%	Valor	%	Valor	%
valores em milhares de euros						
Farminveste SGPS	6 435,2	4,7%	332,5	0,2%	6 102,7	1835,4%
Farminveste IPG	60 742,0	44,2%	67 943,6	48,6%	-7 201,6	-10,6%
hmRs	1 288,5	0,9%	772,9	0,6%	515,6	66,7%
Farminveste 3 + Glintt	35 969,3	26,1%	42 569,2	30,5%	-6 599,9	-15,5%
Imofarma + FV Serviços	24 504,5	17,8%	26 529,3	19,0%	-2 024,7	-7,6%
Alliance Healthcare + GV	8 619,9	6,3%	1 595,3	1,1%	7 024,7	440,3%
Total FV SGPS	137 559,4	100,0%	139 742,8	100,0%	-2 183,3	2308,7%

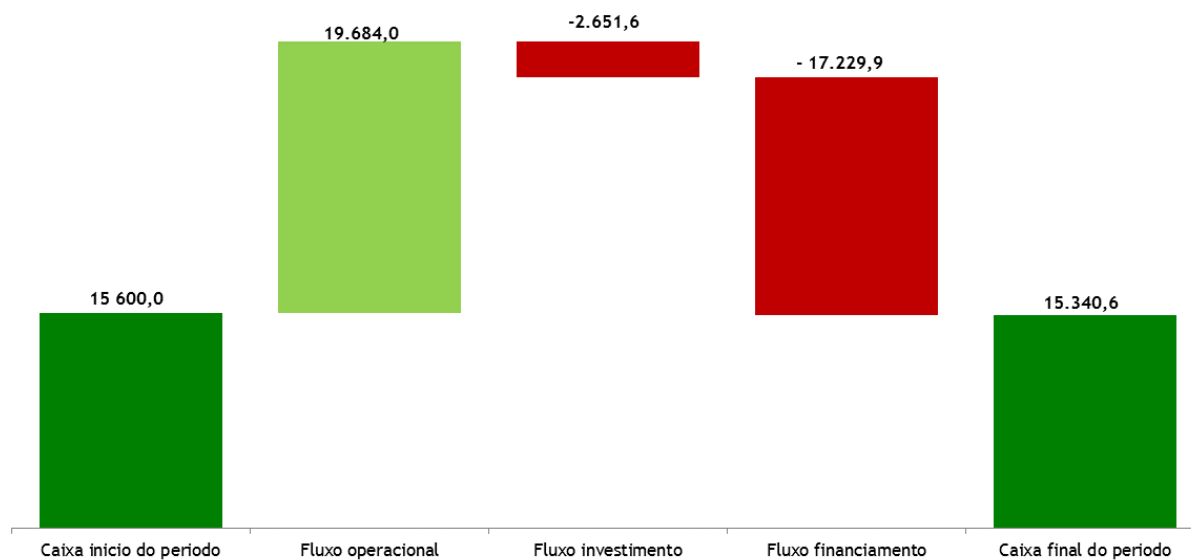
FV SGPS	2016		2015		Variação	
Passivo corrente	Valor	%	Valor	%	Valor	%
valores em milhares de euros						
Farminveste SGPS	18,9	0,0%	0,2	0,0%	18,7	8457,2%
Farminveste IPG	40 130,1	19,3%	51 506,5	27,6%	-11 376,4	-22,1%
hmRs	3 981,0	1,9%	2 929,2	1,6%	1 051,8	35,9%
Farminveste 3 + Glintt	53 922,8	26,0%	56 637,2	30,4%	-2 714,5	-4,8%
Imofarma + FV Serviços	3 969,7	1,9%	2 579,0	1,4%	1 390,6	53,9%
Alliance Healthcare + GV	105 696,2	50,9%	72 815,6	39,0%	32 880,6	45,2%
Total FV SGPS	207 718,7	100,0%	186 467,8	100,0%	21 250,9	11,4%

Em contrapartida, o passivo corrente apresenta um incremento de €21,3 milhões face a 2015. A Alliance Healthcare aumentou o recurso a financiamento de curto prazo na sua actividade corrente (€32,3 milhões), para substituir os capitais próprios que estavam a ser utilizados com esse fim e que foram devolvidos aos sócios, através do reembolso de prestações acessórias (40 milhões de euros). Este aumento foi compensado em €12,8 milhões pela redução dos financiamentos da Farminveste IPG com recurso à devolução de prestações acessórias efectuadas pela Alliance Healthcare (€19,6 milhões).

6.3.5. Fluxos de caixa

Relativamente aos movimentos consolidados de tesouraria, registaram-se fluxos positivos das actividades operacionais de €19,7 milhões. Estes foram absorvidos pelos fluxos de investimento e de financiamento, que são negativos no período, essencialmente devido à devolução de prestações acessórias da Alliance Healthcare ao outro accionista e investimento em capex.

Valores em Milhares de Euros



7. Administração e Gestão da Emitente

Os elementos dos órgãos de administração e fiscalização da Emitente iniciaram o mandato em 2016, por um período de 3 anos.

Os membros dos órgãos de administração e fiscalização abaixo enunciados não possuem qualquer relação de parentesco entre si.

7.1. Informação sobre os membros dos órgãos de administração e fiscalização da Emitente

7.1.1. Conselho de Administração

Conselho de Administração
Presidente: Paulo Jorge Cleto Duarte
Vogal: Vitor Manuel Lopes Segurado
Vogal: Nuno Vasco Rodrigues Viegas Vieira Lopes
Vogal: Ana Cristina Clarkson Gaspar
Vogal: Pedro Miguel Antunes Ferreira
Vogal: Tiago Galvão Alves Pereira
Vogal: Abel Bernardino Teixeira Mesquita
Vogal: Augusto Manuel da Costa Meneses
Vogal: Francisco Manuel Cardoso de Faria

a) Presidente do Conselho de Administração

Paulo Jorge Cleto Duarte, Cartão de Cidadão nº 9878404, NIF. 200518143, com domicílio profissional em Associação Nacional das Farmácias, Rua Marechal Saldanha, nº 1, 1249-069 Lisboa.

Licenciado em Ciências Farmacêuticas pela Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa, em 1997 e MBA em Gestão de Informação na Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais da Universidade Católica Portuguesa, em 2005. Presidente da Associação Nacional das Farmácias. Foi Vice-presidente da Associação Nacional das Farmácias (de 2012 a 2013) e Secretário Geral da Associação Nacional das Farmácias desde 2002 e Secretário-geral da Associação dos Farmacêuticos dos Países de Língua Portuguesa (desde 2002). De 1999 a 2002 foi Secretário-geral da Ordem dos Farmacêuticos e de 1997 a 1999 foi Secretário Técnico da Comissão Nacional de Luta Contra a SIDA.

Funções Actuais:

Empresa	Funções
A3I - Serviços Integrados de Saúde Lda.	Sócio Gerente
Associação Nacional das Farmácias	Presidente

Farminveste SGPS, S.A.	Presidente Conselho Administração
Farminveste – Investimentos, Participações e Gestão S.A.	Presidente Conselho Administração
Farminveste 3 – Gestão de Participações, SGPS, Lda.	Gerente
Finanfarma – Sociedade Financeira de Crédito, S.A.	Presidente Conselho Administração
hmR – Health Market Research International, S.A.	Administrador
hmR – Health Market Research Portugal, Unipessoal, Lda	Gerente
Health Market Research, Espanã, S.L.	Administrador
hmR Health Market Research Germany GmbH	Administrador
Go Far Insurance – Soluções e Serviços para Protecção da Saúde, S.A.	Administrador
José de Mello Saúde, S.A.	Administrador

b) Vogal do Conselho de Administração

Vítor Manuel Lopes Segurado, B.I. 5214719, NIF. 136225942, com domicílio profissional em Farmácia Nova – Rua Dr. António Manuel Gamito, 25-A – 2900-056 SETÚBAL.

Licenciou-se em Ciências Farmacêuticas – Ramo A no ano de 1987, pela Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa. É Proprietário e Director Técnico da Farmácia Nova, em Setúbal, desde 1987 e Vice-Presidente da Direcção da Associação Nacional das Farmácias desde 2001, tendo sido Vogal da mesma entre 1998 e 2001. Foi Vice-Presidente da Direcção da União dos Farmacêuticos de Portugal entre 2004 e 2007, tendo sido vogal da mesma entre 2002 e 2004, Vogal da Direcção da Udifar de 2003 a 2007, tendo sido membro do Conselho Fiscal da mesma entre 2000 e 2002 e representante do Depósito de Setúbal, junto da Direcção da Codifar, de 1995 a 2007.

Funções Actuais:

Empresa	Funções
Farmácia Nova	Proprietário e Director Técnico
Associação Nacional das Farmácias	Vice-Presidente da Direcção
Farmacoope - Cooperativa Nacional das Farmácias, CRL	Presidente da Direcção
Farminveste SGPS, S.A.	Vogal do Conselho Administração
Farminveste, Investimentos, Participações e Gestão, SA	Vogal do Conselho de Administração
Farminveste 4 – Serviços, S.A.	Presidente Conselho Administração
Finanfarma – Sociedade Financeira de Crédito, S.A.	Vogal do Conselho de Administração
hmR – Health Market Research International, S.A.	Administrador
hmR – Health Market Research Portugal, Unipessoal, Lda	Gerente
Health Market Research, Espanã, S.L.	Administrador

hmR Health Market Research Germany GmbH	Administrador
Glintt Global Intelligent Technologies, S.A	Vogal do Conselho de Administração
Alliance Healthcare, S.A.	Vogal do Conselho de Administração

c) Vogal do Conselho de Administração

Nuno Vasco Rodrigues Viegas Vieira Lopes, Cartão de Cidadão nº 10238418, NIF. 206584440, com domicílio profissional na Glintt – Global Intelligent Technologies, Beloura Office Park – Edf.10, Quinta da Beloura 2710-693 Sintra.

Licenciou-se em Ciências Farmacêuticas no ano de 2000, pela Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa. É proprietário da Farmácia Nova Portas de Benfica, desde 2003. É Vice-Presidente da Direcção da Associação Nacional das Farmácias, tendo sido Vogal desde 2004. É membro do Conselho de Administração da Glintt – Global Intelligent Technologies, S.A.. De 2005 a 2015 foi Administrador Executivo da Alliance Healthcare S.A.. Foi Secretário-Geral da Ordem dos Farmacêuticos de 2001 a 2003, tendo anteriormente desempenhado as funções de Secretário-Técnico de 1999 a 2001.

Funções Actuais:

Empresa	Funções
Associação Nacional das Farmácias	Vice-Presidente da Direcção
Glintt – Global Intelligent Technologies, S.A.	Administrador Presidente da Comissão Executiva
Farmácia Gasparinho, Sociedade Limitada	Gerente
Glintt – Healthcare Solutions, S.A.	Presidente do Conselho Administração
Glintt – Business Solutions, Lda.	Presidente Conselho Gerência
Glintt INOV, SA	Administrador
Sol S e SolSuni – Tecnologias de Informação, SA	Administrador
Glintt España, S.L.	Presidente do Conselho de Administração
Consoft, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
Pulso Informática, S.L.	Presidente do Conselho de Administração
Farmasoft – Informática y Servicios, S.L.	Presidente do Conselho de Administração
Glintt UK, Limited	Presidente do Conselho de Administração
Glintt Ireland Solutions, Limited	Presidente do Conselho de Administração
Qwerty Informatica, S.L.U.	Administrador
QwertyFarma, S.L.	Administrador
Alpes Informatica, S.L.	Administrador
Farminveste 2 - SGPS, Unipessoal, Lda.	Gerente

Farminveste, Investimentos, Participações e Gestão, SA	Administrador
Farminveste – SGPS, S.A.	Administrador
Farmácia Nova Portas de Benfica, Unipessoal, Lda.	Gerente
Strongnature, Lda.	Gerente
Alloga Portugal – Armazenagem e Distribuição Farmacêutica Lda.	Gerente
Farmacoope – Cooperativa Nacional das Farmácias, CRL	Presidente da Mesa da Assembleia Geral
Farminveste 4 – Serviços, S.A.	Presidente da Mesa da Assembleia Geral

d) Vogal do Conselho de Administração

Ana Cristina Clarkson Gaspar, C.C. nº 18035485, NIF. 186450907, com domicílio profissional em Farmácia Saraiva, Rua Pinhais Bastos 123, 4430-880 Avintes.

Licenciou-se em Ciências Farmacêuticas no ano de 1992, pela Faculdade de Farmácia da Universidade do Porto. É proprietária da Farmácia Saraiva, em Avintes, Vila Nova de Gaia. É Vice-Presidente da Direcção da Associação Nacional das Farmácias, tendo sido Vogal desde 2013.

Funções Actuais:

Empresa	Funções
Associação Nacional das Farmácias	Vice-Presidente da Direcção
Farmacoope – Cooperativa Nacional das Farmácias, CRL	Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral
Farminveste 4 – Serviços, S.A.	Vogal do Conselho de Administração
Globalvet – Soluções e Inovação Veterinária, Lda.	Gerente
Farminveste SGPS, S.A.	Vogal do Conselho de Administração
Farminveste – Investimentos, Participações e Gestão S.A.	Vogal do Conselho de Administração
Farbiowell – Suplementos Alimentares Lda.	Gerente
Cuidafarma, Lda.	Gerente
Farminveste 2 - SGPS, Unipessoal, Lda.	Gerente
Glintt Global Intelligent Technologies, S.A	Vogal do Conselho de Administração

e) Vogal do Conselho de Administração

Pedro Miguel Antunes Ferreira, Cartão de Cidadão n.º 09805856 8ZY7, NIF 211288705, com domicílio profissional na Rua Fialho de Almeida, 36, 1º, 7960 - 280 Vidigueira.

Licenciou-se em Ciências Farmacêuticas no ano de 1995, pela Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa. É vogal da Direcção da Associação Nacional das Farmácias desde 2009. É proprietário e Director Técnico da Farmácia Costa, na Vidigueira, desde 2002. Possui um mestrado em Investigação Clínica pela University of Wales, Cardiff. Possui um MBA em Marketing pela Universidade Católica Portuguesa. Foi membro da Direcção da Udifar entre Maio 2010 e Setembro de 2011. Foi responsável pela área científica e de farmacovigilância, bem como pela Coordenação dos ensaios clínicos realizados em Portugal, na Amgen Portugal, entre Junho de 1998 e Novembro de 2002.

Funções Actuais:

Empresa	Funções
Pedro Ferreira - Com. Prod. Farm. Unipessoal, Lda.	Sócio Gerente
Farmácia Gasparinho, Lda.	Gerente
Associação Nacional das Farmácias	Vogal da Direcção
Farmacoope – Cooperativa Nacional das Farmácias, CRL	Tesoureiro
Farminveste SGPS, S.A.	Vogal do Conselho de Administração
Farminveste, Investimentos, Participações e Gestão, S.A.	Presidente da Mesa da Assembleia Geral
Farbiowell – Suplementos Alimentares Lda.	Gerente
Cuidafarma, Lda.	Gerente

f) Vogal do Conselho de Administração

Tiago Galvão Alves Pereira, Cartão de Cidadão n.º 11288831 3ZY3, NIF. 222783630, com domicílio profissional em Farmácia Benfica, Estrada de Benfica n.º 678-E, 1500 - 110 Lisboa.

Licenciou-se em Ciências Farmacêuticas no ano de 2004 pelo Instituto Superior de Ciências da Saúde Egas Moniz. É co-proprietário da Farmácia Benfica, em Lisboa, desde 2005. É Vogal da Direcção da Associação Nacional das Farmácias desde 2012. É Administrador Executivo da Alliance Healthcare, S.A. desde 2015. Foi Delegado de Círculo da Estrutura Associativa da Associação Nacional das Farmácias entre 2008 e 2012. Fundou a empresa United Healthcare, Lda. em 2009. Fundou a empresa CLARO – Rede de Farmácias, Lda. em 2011.

Funções Actuais:

Empresa	Tipo de Relação
Farmácia Benfica Lda.	Sócio Gerente
Associação Nacional das Farmácias	Vogal da Direcção
AH Açores	Administrador
Alliance Healthcare, S.A.	Administrador Presidente da Comissão Executiva
Alliance Healthcare Participações, SGPS, Unipessoal, Lda.	Gerente

Almus Lda.	Gerente
Alloga Portugal – Armazenagem e Distribuição Farmacêutica, Lda.	Gerente
Farmacoope – Cooperativa Nacional das Farmácias, CRL	Secretário da Mesa da Assembleia Geral
Farminveste SGPS, S.A.	Vogal do Conselho de Administração
Farminveste 2 - SGPS, Unipessoal, Lda.	Gerente

g) Vogal do Conselho de Administração

Augusto Manuel da Costa Meneses, Cartão de Cidadão n.º 9769913, NIF. 203885180, com domicílio profissional em Farmácia Marques, Avenida Alberto Sampaio, n.º 22, 3510 - 027 Viseu.

Licenciou-se em Ciências Farmacêuticas no ano de 1996, pela Faculdade de Farmácia da Universidade do Porto. É Presidente da Direcção Centro da Associação Nacional das Farmácias desde 2014. É Sócio Gerente e Director Técnico da Farmácia Marques, em Viseu, desde 2006. Foi Professor contratado equiparado a assistente do primeiro triénio para leccionar a cadeira de Química dos Alimentos no Instituto Politécnico de Viseu – Escola Superior Agrária no ano lectivo de 1998/1999.

Funções Actuais:

Empresa	Tipo de Relação
M. C. Reimão Costa Cardoso Menezes, Lda.	Sócio Gerente
Associação Nacional das Farmácias	Presidente da Delegação Centro
Farminveste SGPS, S.A.	Vogal do Conselho de Administração

h) Vogal do Conselho de Administração

Francisco Manuel Cardoso de Faria, Cartão de Cidadão n.º 11112311, NIF. 222888415, com domicílio profissional em Farmácia Faria, Praça Conde São Bento, n.º 64-67, 4780 - 375 Santo Tirso.

Licenciou-se em Ciências Farmacêuticas no ano de 2002, pelo Instituto Superior de Ciências da Saúde - Norte. Integra a Estrutura Associativa da Associação Nacional das Farmácias desde 2005. É Presidente da Direcção Norte da Associação Nacional das Farmácias desde 2016. É Proprietário e Director Técnico da Farmácia Faria desde 2002. É Sócio Gerente da Farmácia São Torcato desde 2015. É secretário da Mesa Administrativa da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Santo Tirso desde 2012.

Funções Actuais:

Empresa	Tipo de Relação
Farmácia Faria	Proprietário e Director Técnico
Faria & Nunes de Sá, Lda.	Sócio Gerente
Associação Nacional das Farmácias	Presidente da Delegação Norte
Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Santo Tirso	Secretário
Farminveste SGPS, S.A.	Vogal do Conselho de Administração

i) Vogal do Conselho de Administração

Abel Bernardino Teixeira Mesquita, Cartão de Cidadão nº 968661, NIF. 145276287, com domicílio profissional na Rua Marechal Saldanha, 1, 1249-069 Lisboa.

Licenciou-se em Direito, no ano de 1971 pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, é Advogado, desde 1977. É Sócio da Sociedade de Advocacia PLMJ A. M. Pereira, Sáragga Leal, Oliveira Martins, Júdice e Associados. É coordenador Geral da Associação Nacional das Farmácias. Foi Consultor e quadro dirigente do Ministério do Trabalho de 1971 a 1974 e Consultor da Confederação da Indústria Portuguesa de 1974 a 1976.

Funções Actuais:

Empresa	Tipo de Relação
Juriempresa - Apoio na Gestão de Empresas, Lda.	Gerência
Farminveste SGPS, SA	Vogal do Conselho de Administração
Farminveste - Investimentos, Participações e Gestão SA	Vogal do Conselho de Administração
Farminveste 3 – Gestão de Participações, SGPS, Lda.	Gerente
HMR – Health Market Research International, S.A.	Administrador
Health Market Research Germany GmbH	Administrador
Alliance Healthcare S.A.	Presidente do Conselho de Administração

7.1.2. Mesa da Assembleia-Geral

Mesa da Assembleia Geral
Presidente: Maria Helena da Silva Neves Correia Amado
Vice-Presidente: Victor Réfega Fernandes
Secretário: Fernando José Carreira Saraiva Monteiro

a) Presidente da Mesa da Assembleia-geral

Maria Helena da Silva da Costa Neves Correia Amado, Cartão de Cidadão nº 5022575, NIF. 146019873, com domicílio profissional em Farmácia Luciano & Matos, Praça Oito de Maio 40-42, 3000 - 300 Coimbra.

Licenciou-se em Farmácia no ano de 1982 pela Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra. É proprietária e Directora-Técnica da Farmácia Luciano & Matos em Coimbra, desde 1995. É Vogal do Conselho Disciplinar da Associação Nacional das Farmácias desde 2001. Desde 1995 tem ocupado sucessivamente diversos cargos nos órgãos sociais da Secção Regional de Coimbra da Ordem dos Farmacêuticos (OF), tendo sido Secretária da respectiva Direcção até Dezembro de 2012. Foi membro do Conselho Nacional da Qualidade da Ordem dos Farmacêuticos até Dezembro de 2012. De 1982 a 1995, integrou a equipa de Análises Clínicas e Saúde Pública do Laboratório da Sub-Região de Saúde de Coimbra, onde trabalhou e foi responsável pelo Departamento de Hematologia e Serologia.

Funções Actuais:

Empresa	Funções
CNCA Farmácias, Lda.	Sócio Gerente
Associação Nacional das Farmácias	Presidente do Conselho Disciplinar
Farminveste SGPS, SA	Presidente da Mesa da Assembleia Geral

b) Vice-Presidente da Mesa da Assembleia-geral

Victor Réfega Fernandes, CC 32961375, NIF. 130326372.

Licenciou-se em 1978 em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra e é Advogado desde 1982.

Funções Actuais:

Empresa	Tipo de Relação
Farminveste – SGPS, S.A.	Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral
Alliance Healthcare, S.A.	Presidente da Mesa da Assembleia Geral
Glintt – Global Intelligent Technologies, SGPS, S.A.	Vogal da Comissão de Vencimentos

c) Secretário da Mesa da Assembleia-geral

Fernando José Carreira Saraiva Monteiro, Cartão de Cidadão nº 7217110, NIF. 165387335, com domicílio profissional em Farmácia Barbosa, Largo do Toural 37, 4810 - 427 Guimarães.

Licenciou-se em Ciências Farmacêuticas no ano de 1992 pela Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa. É co-proprietário e Director-Técnico da Farmácia Barbosa, em Guimarães, desde 1997. É membro do European Pharmacists Forum (EPF). Foi Presidente do Conselho Fiscal da Cofanor de 2008 a 2010. Exerceu funções na área de market research na Fournier – Farmacêutica Portugal, S.A., entre 1996 e 1997, tendo sido chefe de produto na Servier Portugal – Especialidades Farmacêuticas Lda., entre 1994 e 1995.

Funções Actuais:

Empresa	Funções
Carreira e Monteiro Lda.	Director-técnico e gerente
Associação Nacional das Farmácias	Secretário da Mesa da Assembleia Geral
Ecotoro Energia Lda.	Gerente
Farminveste – SGPS, S.A.	Secretário da Mesa da Assembleia Geral

7.1.3. Conselho Fiscal

Conselho Fiscal

Presidente: António Nuno de Jesus Ribeiro dos Barros

Vogal Efectivo: Carlos José de Oliveira Paula

Vogal Efectivo: Oliveira, Reis & Associados, SROC, Lda. - representada por Carlos Grenha

Suplente: Carlos Alberto Domingues Ferraz

a) Presidente do Conselho Fiscal

António Nuno de Jesus Ribeiro de Barros, Cartão de Cidadão nº 03740457 7ZZ7, NIF 148179681.

Licenciou-se em Ciências Farmacêuticas no ano de 1983 pela Faculdade de Farmácia da Universidade do Porto. É proprietário da Farmácia Meixomil, no Porto, desde 2015. Foi Delegado Distrital da Estrutura Associativa da ANF e membro do Conselho Nacional de 1991 a 1999, tendo sido Presidente da Direcção da Delegação Norte da ANF de 1996 a 1999. Foi membro fundador do Grupo do Guincho e do Grupo das Boas Práticas de Farmácia - percursos do Sistema de Gestão da Qualidade na Farmácia -, tendo sido coordenador, a nível nacional, da área da Automedicação. Foi membro Grupo de Consenso Sobre Automedicação e do Grupo Consultivo para Elaboração de Protocolos de Intervenção Farmacêutica para o Uso Racional de Medicamentos Não Sujeitos a Receita Médica. Foi monitor de cursos de formação, no âmbito das Boas Práticas de Farmácia, desde a sua implementação. Foi também monitor em cursos de formação contínua para farmacêuticos: Patologias mais frequentes nas crianças e sua terapêutica; Automedicação; Patologias mais frequentes em hematologia e sua terapêutica. Foi Presidente da Direcção da Associação de Estudantes da Faculdade de Farmácia da Universidade do Porto (AEFFUP) de 1980 a 1981, tendo sido Vogal do Conselho Fiscal da mesma Associação de 1979 a 1980 e Vogal do Conselho Directivo de 1978 a 1979.

Funções Actuais:

Empresa	Funções
Farmácia Meixomil	Proprietário
Associação Nacional das Farmácias	Presidente do Conselho Fiscal
Jinbages, Lda.	Sócio Gerente
Farmacoope – Cooperativa Nacional das Farmácias, CRL.	Presidente do Conselho Fiscal
Farminveste SGPS, S.A.	Presidente do Conselho Fiscal

b) Vogal do Conselho Fiscal

Carlos José de Oliveira Paula, B.I. 5223194, NIF 122341716, com domicílio profissional em Farmácia Quintela, Rua D. Ana Maria Bastos Nº5 - Loja 21, 2560 - 306 TORRES VEDRAS.

Licenciou-se em Farmácia no ano de 1978 pela Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa. É proprietário e Director-Técnico da Farmácia Quintela, em Torres Vedras, desde 1978. É Vogal do Conselho Fiscal da ANF desde 2009. Foi Vogal da Direcção da Associação Nacional das Farmácias de 1998 a 2001. Foi membro da Direcção da Infarma.

Funções Actuais:

Empresa	Funções
Capa - Produtos de Farmácia, Unipessoal Lda.	Sócio-Gerente
Cequipa - Produtos de Farmácia, Unipessoal, Lda.	Gerente
Associação Nacional das Farmácias	Vogal do Conselho Fiscal
Farmacoope – Cooperativa Nacional das Farmácias, CRL.	Vogal do Conselho Fiscal
Farminveste SGPS, S.A.	Vogal do Conselho Fiscal

c) Vogal do Conselho Fiscal

Carlos Manuel Charneca Moleirinho Grenha, B.I. 10074237, NIF. 203027914, em representação de Oliveira, Reis & Associados, SROC. Lda., NIF 501266259, com domicílio profissional na Avenida Columbano Bordalo Pinheiro, nº 75, 8º piso, Fracção 8.02, 1070-061 Lisboa.

Licenciado em Auditoria (I.S.C.A.L.), Revisor Oficial de Contas, nº 1.266 e Contabilista Certificado n.º 16.845. Foi Docente do ensino superior e Membro do Conselho Consultivo de diversas instituições de ensino superior; foi Membro da Comissão de acompanhamento no âmbito da Secretaria de Estado dos Assuntos Fiscais, para a discussão pública do novo sistema de normalização contabilística; e Membro da Comissão Executiva da Comissão de Normalização Contabilística de 2009 a 2013. Foi da Direcção da “Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas”, de 1999 a 2005 e Presidente da Comissão de Acreditação de Cursos e membro da Comissão de preparação de Regulamento de Estágio e Exame da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas, até 2005; é membro da Comissão técnica do sector público da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

A Oliveira, Reis & Associados SROC, Lda., NIPC 501266259, sociedade por quotas e sede na Avenida Columbano Bordalo Pinheiro, nº 75, 8º piso, Fracção 8.02, 1070-061 Lisboa encontra-se inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC) sob o nº 23, e registada na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) como auditora.

Funções Actuais:

Empresa	Tipo de Relação
Oliveira, Reis & Associados, SROC, Lda.	Sócio Gerente
Alliance Healthcare, S.A.	Vogal do Conselho Fiscal
FCA – Capital Portugal, IFIC, SA	Presidente do Conselho Fiscal

d) Vogal suplente do Conselho Fiscal

Carlos Alberto Domingues Ferraz, B.I. 1463778, NIF. 111687543.

Licenciado em Finanças (I.S.C.E.F., 1970), Contabilista (I.C.L., 1964), Técnico de contas (1966), e Revisor Oficial de Contas (1979). Foi Sócio de OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, Lda., desde 1982 a 2017 e foi Presidente suplente do Conselho Directivo da Câmara dos ROC 1973-1982 e director financeiro da

INAPA - Indústria Nacional de Papéis, S.A.R.L. (1973-1982) e Professor no Instituto Comercial de Lisboa (1971-1974) e no I.S.L.A. - Instituto Superior de Línguas e Administração (1979-1980).

Funções Actuais:

Empresa	Tipo de Relação
Farminveste SGPS, S.A.	Vogal suplente do Conselho Fiscal

7.1.4. Comissão de Remunerações

Comissão de Remunerações
Presidente: João Cordeiro
Vogal: José Alberto Tavares Moreira
Vogal: Luis Pereira da Silva

a) Presidente da Comissão de Remunerações

João Carlos Lombo da Silva Cordeiro, B.I. 8565, NIF: 104414448, com domicílio profissional no Beloura Office Park, Edif. 11, Qta da Beloura - 2710-693 SINTRA.

b) Vogal da Comissão de Remunerações

José Alberto Vasconcelos Tavares Moreira B.I. 1784248, NIF: 151520526 com domicílio profissional na Av. António Augusto de Aguiar, 130, 8º 1050-030 Lisboa.

c) Vogal da Comissão de Remunerações

Luís Manuel Pereira da Silva, C.C. 5338492, NIF: 180786601 com domicílio profissional na Av. Estados Unidos da América, 97, 4º Dto – 1700-167 Lisboa.

7.1.5. Conselho Consultivo

Conselho Consultivo
Madalena Nunes de Sá
Miguel Silvestre
João Almeida
Luis Matias
Rui Raposo
Silvia Rodrigues
Joana Carvalho
Duarte Santos

Cátia Sousa Marques

Sofia Boavida

a) Presidente do Conselho Consultivo

Maria Madalena Jacinto Nunes de Sá Martins, com domicílio profissional Farmácia Nunes de Sá, Rua João Paulo II, Metelo – Fermentões, 4800-098 Guimarães.

b) Vogal do Conselho Consultivo

Luis Miguel de Figueiredo Silvestre, com domicílio profissional na Bluepharma – Indústria Farmacêutica, S.A., São Martinho do Bispo, 3045-016 Coimbra.

c) Vogal do Conselho Consultivo

João Alexandre Teixeira de Almeida, com domicílio profissional na Farmácia Moreno, Largo de S. Domingos 42-44, 4050 - 545 Porto.

d) Vogal do Conselho Consultivo

José Alberto Tavares Moreira, com domicílio profissional no Banco BAI Europa, Av. António Augusto de Aguiar, 130, 7º, 1050-020 Lisboa.

e) Vogal do Conselho Consultivo

Luís Carlos Alves Rodrigues Matias, com domicílio profissional na Farmácia Veritas, Centro Comercial Oeiras Parque L.J. 1007, 2770 - 219 Paço de Arcos.

f) Vogal do Conselho Consultivo

Rui Manuel Assoreira Raposo, com domicílio profissional na José de Mello Saúde, S.A., Av. do Forte 3, 2790-072 Carnaxide.

g) Vogal do Conselho Consultivo

Silvia Alexandra Lopes Rodrigues, com domicílio profissional na Farmácia Ferrer, Praça Rei D. José, 14-16, 6000-118 Castelo Branco.

h) Vogal do Conselho Consultivo

Joana Pereira de Carvalho Saudade e Silva Muñoz Cardoso, com domicílio profissional na Farmácia Carvalho, Rua João Pires Correia, 314-B, 2645-050 Alcabideche.

i) Vogal do Conselho Consultivo

Duarte João Gama de Oliveira Teixeira dos Santos, com domicílio profissional na Associação Nacional das Farmácias, Rua Marechal Saldanha, nº 1, 1249-079 Lisboa.

j) Vogal do Conselho Consultivo

Cátia Sofia Farrajota de Sousa Marques, com domicílio profissional na Farmácia Sousa Marques, Av. Luis de Camões Nº 2, Quinta do Rouxinol – Miratejo, 2855 - 024 Corroios.

k) Vogal do Conselho Consultivo

Célia Sofia Gomes Salvado Boavida, com domicílio profissional na Farmácia Barranquense, Largo de Montes Claros, 12, 7230-029 Barrancos.

7.2. Programas de incentivos

7.2.1. Membros dos órgãos de administração e de fiscalização

A Emitente não dispõe de sistema de atribuição de acções ou de opções sobre as acções da Emitente aos membros dos órgãos de administração e de fiscalização da mesma ou quaisquer formas de participação dos trabalhadores no seu capital.

7.2.2. Pessoal

7.2.2.1. Formas de participação dos trabalhadores no capital da Emitente

Não existem quaisquer acordos com vista à participação dos trabalhadores no capital da Emitente.

7.2.2.2. Descrição de eventuais acordos com vista à participação dos empregados no capital da Emitente

Não existem quaisquer acordos com vista à participação dos trabalhadores no capital social da Emitente. Não existem, igualmente, quaisquer compromissos com complementos de reforma, fundos de pensões e outros benefícios equiparados.

7.3. Transacções com terceiros

7.3.1. Operações com entidades terceiras ligadas

A Farminveste SGPS e as suas participadas não realizaram transacções em que tenham sido praticados preços substancialmente diferentes do que teriam sido praticados com entidades terceiras independentes.

Os montantes e percentagens do volume de negócios da Emitente representado pelas operações com entidades terceiras ligadas foram as seguintes:

A Farminveste IPG, participada da Farminveste SGPS, exerce algumas actividades económicas, através das quais efectua transacções tanto com a ANF como com as farmácias que desta sejam Sócios, assentes em cinco pilares: (i) Distribuição Farmacêutica; (ii) Sistemas de Informação; (iii) Inteligência sobre o Mercado Farmacêutico; (iv) Prestação de Serviços de Saúde e (v) Sector Imobiliário; e ainda um conjunto de actividades individuais, nomeadamente ao nível da gestão do Programa Saúde e do *Market Intelligence* do sector farmacêutico.

As actividades individuais acima referidas resumem-se a infra-estrutura tecnológica, como é o caso do Farmalink, uma infra-estrutura de rede de alto débito, o SIFARMA, um *software* de gestão da Farmácia de Oficina; ou de investimentos de *marketing*, como é o caso do Programa Saúde, que tem no seu cartão de fidelização a sua face mais visível com mais de um milhão de aderentes (*fonte: base de dados interna da Farminveste IPG*).

Além das actividades que exerce directamente, a Farminveste IPG detém participações qualificadas em diversas empresas, com destaque para as participações de 76,4% (através da Farminveste 3) na Glinnt, de 51% na Alliance Healthcare e de 100% na HMR, detendo ainda cerca de 87,5% das unidades de participação do Imofarma - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado (“Imofarma”), sendo que cada uma destas entidades realiza transacções com a ANF, com as farmácias e com empresas do Grupo Farminveste, tal como referido infra (dados de 2017).

O Imofarma é proprietário de imóveis arrendados tanto à ANF como a outras entidades do Grupo Farminveste, sendo que estes arrendamentos representam 100% dos seus proveitos (não financeiros) totais.

Toda esta informação está devidamente documentada e justificada no respectivo dossier de preços de transferência do Grupo.

7.3.2. Conflitos de interesses de membros dos órgãos de administração e de fiscalização

Tanto quanto é do conhecimento da Farminveste SGPS, não existem conflitos de interesses, actuais ou potenciais, entre as obrigações de qualquer das pessoas que integram os órgãos de administração, de fiscalização e de quadros superiores com a Emitente ou com qualquer das suas participadas, bem como com os seus interesses privados ou obrigações.

Não existem quaisquer acordos ou compromissos com os principais accionistas, clientes, fornecedores ou outros, nos termos dos quais um ou vários membros dos órgãos de administração e de fiscalização da Emitente tenham sido nomeadas membros dos órgãos de administração, de direcção ou de fiscalização.

Não existem quaisquer restrições acordadas pelos membros dos órgãos de administração e de fiscalização da Emitente relativamente à alienação, durante um determinado período de tempo, dos valores mobiliários emitidos pelo Emitente de que sejam titulares.

8. Estrutura accionista

8.1. Principais accionistas

A ANF é a única accionista com uma participação superior a 2% na Emitente:

Accionista	N.º acções	% Capital social
ANF	17.493.385	87,47%

A ANF detém a totalidade das acções de categoria A (10.500.000 acções), e 6.993.385 acções de categoria B.

Em virtude da sua participação social e dos correspondentes direitos de voto, a ANF exerce sobre a Emitente uma influência dominante, factor que terá especial importância, nomeadamente, ao nível das deliberações a tomar em sede de Assembleia Geral de Accionistas.

De modo a assegurar a independência entre a ANF e a Farminveste SGPS e a evitar que o controlo da primeira sobre esta última seja exercido de forma abusiva, destaca-se a total transparência nas relações mútuas, o estrito cumprimento das normas legais e regulamentares neste âmbito, em particular, em matéria de conflitos de interesses e de relações com entidades relacionadas.

Além do previsto no Documento Informativo, a Emitente e a ANF não têm conhecimento da existência de quaisquer acordos que possam vir a originar uma mudança ulterior do controlo da Emitente.

8.2. Informações sobre a ANF

A ANF é uma associação patronal de âmbito nacional, representativa dos proprietários de farmácias, constituída em 1975 e que agrega, à data de Fevereiro de 2018, 2556 Sócios que, no conjunto, detêm mais de 2750 farmácias em todo o território nacional, incluindo as Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores.

A ANF foi constituída e rege-se pela lei portuguesa e pelos Estatutos publicados no Boletim do Trabalho e Emprego, na 1.ª Série, n.º 42, de 2007, de 15 de Novembro, com alterações publicadas na 1.ª Série, n.º 29, de 2008, de 8 de Agosto, na 1.ª Série, n.º 33, de 2010, de 8 de Setembro, na 1.ª Série, n.º 26, de 2011, de 15 de Julho, na 1.ª Série, n.º 5, de 2014, de 8 de Fevereiro, na 1.ª Série, n.º 5, de 2016, de 8 de Fevereiro e na 1.ª Série, n.º 11, de 2016, de 22 de Março. Actualmente constitui uma importante instituição para a vida das farmácias de todo o país pois antecipa mensalmente os fluxos de pagamento do Estado às farmácias, relativamente aos montantes das comparticipações na venda dos medicamentos cujo preço de venda ao público é comparticipado pelo Estado, para além das demais actividades de carácter associativo que vem conduzindo com assinalável qualidade e vantagens para os seus Sócios.

Os Sócios da ANF pagam uma jóia (na adesão à Associação) e uma quota mensal composta de uma parte fixa e de uma parte variável. A parte variável é calculada pela aplicação de uma percentagem de 1,5 ao valor da facturação das farmácias dos Sócios, referente às comparticipações no preço dos medicamentos dispensados aos utentes do SNS e outros organismos. Os valores destes fluxos acumulados ao longo da vida da ANF permitiram-lhe desenvolver um amplo conjunto de actividades em prol dos Sócios e ainda realizar uma parte substancial dos investimentos na aquisição de diversas participações financeiras e de imóveis, grande parte dos quais se encontram actualmente registados, directa e indirectamente, no balanço da Farminveste IPG.

8.3. Participações relativamente aos membros dos órgãos de administração e de fiscalização

O quadro seguinte mostra o número de ações representativas do capital da Emitente detidas, de forma directa ou indirecta, por membros dos órgãos sociais da Emitente:

Órgão	Membro	Farmácia	Proprietário da Farmácia	Nº de Ações da Farminveste
Mesa da Assembleia	Maria Helena da Silva Neves Correia Amado	Farmácia Luciano & Matos	CNCA Farmácias, Lda	1730
	Fernando José Carreira Saraiva Monteiro	Farmácia Barbosa	Carreira e Monteiro Lda.	1905
Conselho de Administração	Paulo Jorge Cleto Duarte	Farmácia Estácio Xabregas	A3I - Serviços Integrados de Saúde Lda	975
		Farmácia Estácio		
	Vitor Manuel Lopes Segurado	-	-	1315
		Farmácia Nova	Vitor Manuel Lopes Segurado	915
	Nuno Vasco Rodrigues Viegas Vieira Lopes	Farmácia Nova Portas de Benfica	Farmácia Nova Portas de Benfica, Lda.	560
		Farmácia Pinhal de Frades	Apothekario, S.A.	550
		Farmácia Marbel		
	Ana Cristina Clarkson Gaspar	Farmácia Loures	Farmácia Gasparinho, Lda.	665
		Farmácia Saraiva	Peres & Gaspar - Actividades Farmacêuticas Lda.	825
	Pedro Miguel Antunes Ferreira	Farmácia Costa	Pedro Ferreira - Com. Prod. Farm. Unipessoal, Lda.	735
		Farmácia Loures	Farmácia Gasparinho, Lda.	665
		Farmácia Ideal	Idealsaúde, Lda.	825
		Farmácia Saúde		
	Tiago Galvão Alves Pereira	Farmácia Benfica	Farmácia Benfica Lda.	1535
	Augusto Manuel da Costa Menezes	Farmácia Faure	M. C. Reimão Costa Cardoso Menezes, Lda.	
		Farmácia Marques		6235
	Francisco Manuel Cardoso de Faria	Farmácia Faria	Francisco Manuel Cardoso de Faria	1705
		Farmácia São Torcato	Faria & Nunes de Sá, Lda.	1840
Conselho Fiscal	António Nuno de Jesus Ribeiro de Barros	Farmácia Meixomil	António Nuno de Jesus R. de Barros	1295
	Carlos José de Oliveira Paula	Farmácia Quintela	Capa - Produtos de Farmácia, Unipessoal Lda.	1610

9. Descrição de contratos e patentes

9.1. Contratos significativos

Além dos contratos celebrados no âmbito normal das actividades do Grupo Farminveste, nos dois anos anteriores à data do Documento Informativo não foram celebrados quaisquer contratos significativos.

9.2. Investigação e desenvolvimento, patentes e licenças

O grupo Farminveste desenvolve diversos serviços tendo como base o sistema oferecido pela participada Farminveste IPG: o Sifarma. Este sistema é a base de prestação de serviços das Farmácias e encontra-se registado na Assoft.

Também registado na Assoft encontra-se a Solução Millennium, propriedade da Alliance Healthcare.

Paralelamente, a Glintt tem registadas diversas marcas que asseguram a sua qualidade de prestador de serviços ao nível das tecnologias da informação e que por outro lado, asseguram o know-how e nome no mercado. São elas: RHM, I*TEA, MAX, GLINTT CONSULTING, GLINTT -GLOBAL INTELLIGENT TECHNOLOGIES, Glintt, GLINTT – MANUTENÇÃO ASSISTIDA POR COMPUTADOR, HMS-HEALTH MANAGEMENT SYSTEM, EASYGEST, GLINTT – HEALTHCARE SOLUTIONS, HIS – HOSPITAL INFORMATION SYSTEM, CPC HS, SOLID, GLINTT FARMASITE, GLINTT FARMA, CONSISLINE - NOVA LINHA DE MOBILIÁRIO, CONSISTOBRA, CRCONSISTE, I PHARMA NOVOS CONCEITOS, RH XXI e HÍGIA.

10. Informação sobre instrumentos financeiros a serem transaccionados

Não existem à data do presente Documento Informativo, quaisquer valores mobiliários convertíveis em acções, passíveis de troca ou acompanhados de cupões de subscrição de acções (*warrants*).

11. Outras informações relevantes

11.1. Processos de falência, liquidação ou fraude

Não existem casos a reportar neste capítulo.

11.2. Acções judiciais e arbitrais

Não se encontram em curso acções judiciais ou arbitrais materiais envolvendo o grupo Farminveste.

11.3. Investimentos

Recentemente foram concluídas, com sucesso, as negociações tendentes à criação de uma parceria entre a Alloga e a Logifarma, conduzindo à fusão das respectivas actividades numa empresa comum, conjuntamente controlada pela Alliance Healthcare e pela Iberfar.

Deste projecto decorrerão importantes sinergias, que constituirão um factor decisivo na consolidação da nova empresa num mercado que se prevê crescentemente competitivo.

A parceria beneficiará também da elevada reputação de ambos os intervenientes, do vasto *know-how* acumulado no mercado português e da dinâmica e visão global decorrentes da participação de um Grupo de dimensão mundial.

A sociedade comum terá uma participação de 51% da Alliance Healthcare e de 49% da Iberfar. O Conselho de Administração terá sete elementos, dos quais quatro serão designados pela Alliance Healthcare.

A operação de fusão está sujeita à autorização da Autoridade da Concorrência, já requerida. A data estimada para o início da operação conjunta é o próximo dia 1 de Janeiro de 2019.

11.4. Declaração relativa à suficiência do fundo de maneo e lucros

A Emitente declara que, na sua opinião, a liquidez gerada pela sua actividade, a sua capacidade de captação de capitais próprios e a sua capacidade de endividamento de curto prazo e de médio e longo prazo são suficientes para fazer face às necessidades de fundo de maneo da Emitente, nos próximos 12 meses.

12. Datas relevantes

Em 2018, a Assembleia-Geral da Farminveste teve lugar na sede da ANF no Porto a 26 de Maio de 2018. Para 2019, a data prevista da Assembleia-Geral e publicação dos resultados anuais auditados é dia 24 de Maio de 2019.

13. Contacto com a Euronext

O representante privilegiado do Emitente para contactos com a Euronext será:

Dr. Bonifácio Lopes

Rua Marechal Saldanha, 1

1249-069 Lisboa

Telefone: 213 400 624

e-mail: bonifacio.lopes@anf.pt